



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 27ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear o Hospital Sofia Feldman pelos 30 anos de sua inauguração
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 27ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/5/2014

Presidência do Deputado Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Alencar da Silveira Jr. - Palavras do Sr. Joel Lucas - Entrega de Placa - Palavras do Sr. José Moreira Sobrinho - Palavras do Sr. Ivo Lopes - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Luzia Ferreira - Sebastião Costa.

Abertura

O presidente (deputado Dilzon Melo) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

- O deputado Sebastião Costa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Hospital Sofia Feldman pelos 30 anos de sua inauguração.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. José Moreira Sobrinho, presidente da Fundação de Assistência Integral à Saúde do Hospital Sofia Feldman; Ivo Lopes, diretor técnico-administrativo do Hospital Sofia Feldman; e Joel Lucas, presidente fundador da Associação Comunitária de Amigos e Usuários do Hospital Sofia Feldman; as Exmas. Sras. enfermeira Vera Cristina Bonazzi, responsável técnica de enfermagem do Hospital Sofia Feldman e presidente da Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiros Obstetras - Seccional Minas Gerais - Abenfo-MG; e Valma Leite da Cunha, promotora de justiça; e o Exmo. Sr. deputado Alencar da Silveira Jr., 3º-secretário desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Exmo. Sr. Elson Alípio Júnior, secretário de Administração Regional Municipal Norte; da Exma. Sra. Sônia Lansky, presidente da Comissão Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde; do Exmo. Sr. vereador Dr. Nilton, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e da Exma. Sra. Ângela Vieira, 1ª-secretária do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais.

Também registramos o recebimento de mensagens que nos foram enviadas pelos Exmos. Srs. Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte; Aécio Neves, senador; e Marcos Montes, deputado federal, em que lamentam não poderem estar presentes nesta reunião



em razão de compromissos anteriormente agendados, e ainda cumprimentam o Hospital Sofia Feldman pelo transcurso dos seus 30 anos de inauguração.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo tenor Edson de Oliveira.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Sr. Presidente, deputado Dilzon Melo; José Moreira Sobrinho, presidente da Fundação de Assistência Integral à Saúde do Hospital Sofia Feldman; Dr. Ivo Lopes; Joel Lucas; promotora Valma Leite, que tive o prazer de conhecer agora, na Mesa - quando relembrávamos do passado, ela disse: “não mudou nada, Alencar, está a mesma coisa”; senhoras e senhores, é muito bom estar aqui hoje e ter a oportunidade de homenagear a família do Hospital Sofia Feldman. Tenho certeza absoluta de que, se todas as pessoas que foram ajudadas pelo hospital, por aquele moço que está ali, o Dr. Ivo, pelo José Sobrinho, nosso presidente, e pelos funcionários, viessem aqui, esta Assembleia não teria lugar para todo mundo. E não só a Assembleia, mas a Praça da Assembleia, o Bairro Santo Agostinho e boa parte de Belo Horizonte, porque por ali já passaram várias pessoas, várias mães que não tinham para onde ir e iam atrás do Dr. Ivo.

Tenho 26 anos de vida pública. Comecei como vereador em Belo Horizonte e depois tive a oportunidade de ser deputado estadual. Tinha alguns votos de amigos no Bairro Tupi, nunca tive uma base concentrada lá. Um belo dia, o Joel Lucas bateu na minha porta e disse: “você poderia ir até aquele hospital que se chama Sofia Feldman para ver a situação que atravessamos”. Então a Nilcênia, minha chefe de gabinete, pegou-me um dia para que fôssemos nos encontrar com o Joel Lucas. Naquele tempo a Assembleia tinha verba de subvenção social e tivemos condições de ajudar muita gente. Falei isso para o presidente, deputado Dinis Pinheiro, e para a Margareth.

Saí de Belo Horizonte e cheguei a esta Assembleia com 15.293 votos. Fui o último do meu partido, e não tinha base no interior. Comecei a fazer um trabalho em Itabirito, cidade de minha esposa. Hoje temos um grande projeto, que é o Projeto 2000, e depois a verba de subvenção acabou. Por que estou falando isso? Porque o Joel me procurou naquela época e me disse: “precisamos arrumar esse hospital”. Eu olhava para o hospital e o achava feio. O Joel me disse: “estamos fazendo uma campanha, precisamos colocar o revestimento da fachada, e você, como deputado, pode nos ajudar”. Eu lhe respondi: “está bom; veja quanto é porque vamos fazer”. Indiquei o hospital para usar a verba de subvenção que tínhamos. Para nossa surpresa, o hospital não podia receber verba pública. Houve muito sacrifício em tudo que foi feito ali. O Dr. Ivo e todos que ali estavam sabiam disso. Eles não podiam receber verba pública porque não havia a documentação necessária, e tudo foi aquela dificuldade. Era uma ajuda daqui, outra dali, e o Joel conseguiu fazer uma associação, a Associação Comunitária de Amigos e Usuários do Hospital Sofia Feldman.

Nos anais da Casa, constam as verbas que destinamos ao hospital. Lembro perfeitamente que um dia fomos ver a obra da fachada, e o pessoal brigava com o Dr. Ivo: “não podemos mexer nesse dinheiro, ele é para fazer a reforma”. Ele dizia: “precisamos comprar medicamentos, precisamos comprar isso aqui, e vamos usá-lo”. E ele o usava. Era um rolo danado. A promotora me dizia: “continua a mesma coisa lá, Alencar”. O que acontece? Ele sabia da necessidade da verba e tinha o instinto de quem realmente precisava dela. Faltavam, naquela hora, os governos federal, estadual e municipal, que não davam ajuda. A ajuda era das senhoras e dos senhores colaboradores. Todos sabem como foi isso. Depois da associação, aprendemos como poderíamos passar o recurso para lá. Passamos mais recursos para o hospital, quando foram feitos os quartos, para ele receber o título de Hospital Amigo da Criança. Se o filho tinha um problema - descobri isso há 17 anos -, a mãe ficava com ele. Naquele época, o Didi, representante da Unicef, deu essa homenagem ao hospital. Depois disso o hospital vem crescendo e crescendo.

Vejo hoje a família do Hospital Sofia Feldman. Percebemos que esse trabalho não parou. Aquela sementinha que foi plantada, antes do Alencar da Silveira colocar a primeira verba de subvenção ali, Dr. Ivo, só vem crescendo e crescendo. Eu disse para o Joel: “a rua da direita da entrada do hospital não existia, era tudo asfalto”. Ele me respondeu: “Alencarzinho, se você for lá hoje, verá o que tem e o que não tem”. Não tínhamos asfalto ali na frente, mas calçamento, porque naquele tempo era assim. Todos pediam asfalto, quando a rua era de terra, e, quando ela era asfaltada, pediam o quebra-molas, porque o carro passava correndo ali e atropelava os meninos. Tudo isso aconteceu.

E agora vemos esta homenagem desta Casa, que é uma homenagem de um presidente, como o deputado Dinis Pinheiro, que, acima de tudo, tem um compromisso com o hospital. Acho que todos os deputados que gostam de ajudar entidades sérias, que realmente trabalham para a população, deveriam ter esse compromisso.

Estamos aqui para falar muito obrigado, porque quem não agradece não merece o que recebeu. Muito obrigado ao Medeiros, ao Dr. Ivo e a toda a direção do hospital. Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, falamos muito obrigado ao Dr. Ivo e a toda a direção do hospital. Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, falamos muito obrigado, Dr. Ivo, por seu afazer. Muitos de nós tínhamos vontade, perdendo noite de sono, de saber como pagar, no dia seguinte, o medicamento e a alimentação. Quantas e quantas vezes os senhores e as senhoras tiveram de passar por tal situação.

No final da minha fala, quebrando o protocolo, Sr. Presidente, quero chamar aqui o Sr. Joel Lucas. Temos de chamá-lo. Creio que essa é uma oportunidade para que ele, que melhor do que qualquer um de nós, deputados, vivenciou, viu e acompanhou essa luta toda, suba nesta tribuna e fale para a TV Assembleia, uma televisão que eu criei há 18 anos para mostrar o que se faz aqui. Esta homenagem vem de cada um dos senhores e das senhoras. Então, presidente, com sua licença, chamo aqui o Sr. Joel Lucas. Creio que a palavra tem de ser sua, Joel, você, fundador da Associação, que a iniciou há anos.

Eu disse aos senhores e às senhoras que na Assembleia, antigamente, os deputados contavam com verba de subvenção. Quem usou essa verba com seriedade foi para a frente; quem não fez isso ficou para trás. Então, estamos aqui. Estou no meu sétimo mandato, quinto como deputado agora. Cheguei a esta Casa com 15.293 votos, não preocupado com voto, mas para trabalhar pelo bem-estar da população. Naquele época a gente fazia e fazemos até hoje. Saí de último do PDT para, depois de quatro anos, ter o maior crescimento que esta Casa já viu: de 15.293 para 42 mil votos. Na última eleição tivemos quase 70 mil votos. É aquele negócio: estamos aqui,



como o presidente Diniz fala, como o deputado Dilzon Melo, nosso presidente aqui hoje fala, para servir. Nós somos empregados dos senhores e das senhoras. Usem o meu mandato, usem o mandato de cada deputado desta Casa.

Para usar um pouquinho do meu mandato nesta tribuna, com a licença do presidente, quebrando o protocolo desta Casa, passo a palavra ao Sr. Joel Lucas. Tenho certeza de que, como eu e como os senhores, ele vai saber falar muito obrigado Dr. Ivo, muito obrigado, Medeiros, muito obrigado a todos aqueles que acreditam, acima de tudo, na seriedade e na força do trabalho de um homem. Para cada um dos senhores e das senhoras, com a sua equipe, nós temos de tirar o chapéu. Muito obrigado. Com a palavra, Joel.

Palavras do Sr. Joel Lucas

Boa noite a todos. Confesso que fui pego de surpresa em dois momentos. Primeiro, eu não esperava ocupar a Mesa junto a vocês. Segundo, eu também não esperava poder fazer uso da palavra nesta tribuna.

Quero aproveitar este momento concedido para dizer que está aqui o nosso presidente atual, Jorge Nolasco, um dos fundadores da Associação de Usuários do Hospital, em 1994. Quero agradecer, de forma penhorada, as nossas doulas comunitárias, do nosso projeto voluntário. Fale quem quiser, mas o projeto Doulas Comunitárias é fundado no Hospital Sofia Feldman. Ele passou a ser referência pelo SUS, em nível nacional. Se existe a doula comunitária hoje no Hospital Sofia Feldman e no Brasil, é porque a origem é o Hospital Sofia Feldman. Esse projeto é prova real de que o mais importante em qualquer instituição, seja ela governamental, seja ela instituição social, é haver, diretamente, o controle social. Eu acredito que, havendo o controle social, não teremos tanta corrupção em todos os cantos, seja de governo, seja de qualquer instituição. Porque assim o dinheiro será bem aplicado; porque o controle social, por meio de uma fiscalização da própria comunidade, faz com isso aconteça, e lá fez.

Antes de passar a palavra, quero agradecer ao Ivo, ao Cap. Sobrinho e ao deputado Alencar da Silveira Jr. É tudo verdade isso. Eu me lembro de como era tão difícil, em 1994, quando fundamos a associação, porque era preciso buscar doação, pedir. E ainda mais porque, confesso, sou o pior cara para pedir. Tenho vergonha de pedir.

Não sei o que aconteceu comigo porque naquele dia não tive vergonha nenhuma de falar ao Alencar que ele tinha de ir lá para salvar o Hospital Sofia Feldman. Ele mandou subvenções para lá por três anos consecutivos. Nós ajudamos a fazer a fachada do hospital, ajudamos a pintar os corredores, ajudamos a desenhar a possibilidade de uma cozinha comunitária, de um refeitório comunitário para as mães que ficavam com as crianças internadas, para que os voluntários dos nossos projetos sociais e as doulas pudessem comer, almoçar ou jantar junto com a comunidade médica e os trabalhadores do Hospital Sofia. Aquilo foi essencial para alavancar tudo.

Quero agradecer penhoradamente, antes do José Sobrinho, ao Ivo. Quando fundamos a associação em 1994, o Ivo estava ilhado, sob pressão do sindicato dos trabalhadores da saúde, que estavam há oito meses sem receber salário. Ele não tinha como comprar remédios naquele momento. Então a associação foi muito importante. Por isso quero agradecer a ele, que foi fiscalizado por nós, pela comunidade e pelo controle social, dirigindo-nos. Ele se sentava conosco para discutir. O hospital passou a ter uma administração tripartite, em que se sentavam a comunidade, os usuários, a direção do hospital e representantes dos trabalhadores do Hospital Sofia para verem a coisa acontecer. Naquele momento isso foi muito bom. E ele agia de forma tranquila. Posso revelar, clara e objetivamente, que não conheço ninguém com tal capacidade administrativa que atue de forma participativa, debatendo ponto a ponto, como o Ivo. E a participação dele foi tranquila. Havia momentos em que o bicho pegava, mas foi muito boa essa relação da comunidade e dos trabalhadores com a direção do hospital para fazer as coisas acontecerem.

Eu já trabalhei em muitos movimentos populares, como presidente de associação comunitária, de moradores, etc. E o Cap. Sobrinho, naquele momento, já não era mais polícia, já estava reformado. Mas, em outra época, ele tinha me acompanhado, mandado me prender. E participamos juntos de alguns seminários de instituições filantrópicas. E ele me falava: “Amigão, que coisa. Como o mundo dá voltas, já mandei te prender e hoje estamos discutindo o mesmo interesse”. E é isso.

Quero finalizar para não tomar muito tempo. O Hospital Sofia Feldman é exemplo de unidade de saúde, causa inveja em qualquer hospital grande deste Brasil. Por quê? Lá existe uma gestão participativa. Sabemos que o dinheiro que entra lá vai ser empregado em benefício do povo, não em benefício próprio, mas da população. Em 1994, quando chegamos lá - o Jorge Nolasco pode atestar isso -, nasciam 70 crianças por mês. Hoje nascem 800. É a maior maternidade do Brasil; é referência nacional e causa inveja a qualquer um. A diferença de lá é que o hospital pensa nas pessoas, no ser humano. Alguns hospitais riquíssimos pensam no dinheiro, mas lá não, lá eles pensam nas pessoas.

Para concluir, Ivo, quero dizer a você que jamais vou me esquecer desta noite. Fui pego de surpresa, por volta de 2 horas da tarde, quando recebi uma ligação dizendo que gostariam que eu estivesse presente a esta homenagem. Depois, ao chegar aqui, sem que eu esperasse também, estou aqui falando.

Quero dizer a vocês que estou muito mais feliz do que qualquer um de vocês possa imaginar. Nem comentei alguns fatos, como, por exemplo, estar às 3 horas da madrugada no Ceasa, numa fila de doação de alimentos, numa Brasília velha, para pegar 15 caixas de verdura para sustentar o Hospital Sofia. Eu me lembro também de alguém falar: “Joel, vi você entrando naquela Brasília amarela velha”. E estava na moda na época aquela música dos Mamonas Assassinas, e minha Brasília era amarela. “Eu vi você entrando num motel aquele dia.” Ninguém sabia também que eu estava indo buscar roupa para doação. Às vezes, quando os diretores da associação ou outros vinham nos visitar, viam as camas das enfermarias com lençol contendo propaganda do motel X ou Y. Aqueles que não estavam muito decentes eram excluídos.

Isso é o Hospital Sofia, um hospital de periferia que pensa e cuida das pessoas. Quero parabenizar todos vocês, diretores, trabalhadores do hospital. Quero agradecer a todos vocês, diretores da associação. Vejo ali a Lúcia, que me ajudou tanto no Consep e hoje auxilia na CAO. É o trabalho voluntário que inspira essa vontade de ajudar. Estou vendo também as nossas doulas, como a Nazaré, que é doula comunitária iniciante. Quero agradecer a todos vocês. Muito obrigado. Estou feliz e realizado, posso dizer. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Dilzon Melo, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao presidente da Fundação de Assistência Integral à Saúde do Hospital Sofia Feldman, Sr. José Moreira Sobrinho, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: (- Lê:) “O fato de ser a maior maternidade do



Brasil em número de partos realizados já seria motivo de sobra para reverenciarmos a Maternidade Sofia Feldman. Mas a instituição desenvolve um trabalho ainda mais amplo. Atendendo exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, tornou-se referência nacional e internacional em programas de assistência humanizada a mães e bebês durante a gravidez, o parto e o pós-parto. Além de apoiar gestantes carentes e suas famílias, a maternidade também incentiva o aleitamento materno, o que lhe rendeu o título de Hospital Amigo da Criança, concedido pela Organização Mundial de Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece a relevância da Maternidade Sofia Feldman para o Estado e o País e rende a ela justa homenagem pelos 30 anos de sua fundação”.

O presidente - Pela identidade que o deputado Alencar tem com o Sofia Feldman, é justo que ele participe, até como patrono, da entrega da placa que homenageia um trabalho comunitário dessa monta. Está convidado a participar conosco também para que ele fique cada vez mais motivado e incentivado a ajudar o Sofia Feldman. Vamos entregar juntos essa placa, a que você também faz jus.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. José Moreira Sobrinho

Começo a minha fala pedindo desculpas porque não tenho afinidade nem com microfone nem com teclado. Quando vou ao banco, levo minha mulher para teclar para mim porque entro em pânico.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, os Exmos. Srs. deputado Dilzon Melo, 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Ivo de Oliveira Lopes, diretor técnico-administrativo do Hospital Sofia Feldman; Joel Lucas, presidente fundador da Associação Comunitária de Amigos e Usuários do Hospital Sofia Feldman; enfermeira Vera Cristina, responsável técnica de enfermagem do Hospital Sofia Feldman e presidente da Abenfo, seccional de Minas Gerais; Valma Leite da Cunha, promotora de justiça, pela qual temos um carinho muito grande, porque é ela que nos orienta em tudo o que fazemos naquele hospital; e deputado Alencar da Silveira Jr., 3º-secretário desta Casa, pelo qual nutrimos o mesmo carinho, já que ele nos acompanha na nossa caminhada há muito tempo.

Gostaria de dividir a minha fala em dois momentos. Vou contar um pouquinho da história do hospital e desde já peço ao Ivo que forneça os dados técnicos do hospital porque só ele sabe falar sobre isso. A história do hospital é oriunda do que chamo de eclipse, isto é, do encontro de três pessoas que deram início a tudo o que foi feito ali. Essas três pessoas tinham ideias diferentes. O primeiro era católico, o Sr. José de Souza, vicentino arraigado, que era extremamente da direita na época do governo militar. O outro era judeu, Dr. Marx Golgher, o doador do terreno no Bairro Tupi. Quando ele fez o loteamento, deixou uma quadra reservada para que fosse construída nela uma obra social. O Sr. José de Souza, ao tomar conhecimento dessa doação, entrou em contato com o Sr. Marx Golgher, que tinha como única exigência prestigiar a sua avó, dando à obra social o nome dela, ou seja, Sofia Feldman. Os videntinos do Bairro São Bernardo, da distante periferia, acharam aquela ideia algo muito complexo. Acharam que não dariam conta de construir um hospital e não quiseram seguir em frente. Então o Sr. José, um homem corajoso, com apenas o 3º ano de grupo, mas com uma capacidade de comunicação muito grande, resolveu fazer isso sozinho, se os videntinos lhe dessem autorização para usar o nome da Sociedade de São Vicente. Em seguida, uma ata foi lavrada dando a ele toda autonomia para sair em busca dos recursos.

Naquela época, a minha esposa era presidente do conselho particular da Sociedade de São Vicente, no Bairro São Bernardo, e foi exatamente nesse momento que ela entrou nisso. Ela escrevia até 200 cartas na sua máquina de escrever.

Se errasse uma letrelinha, tinha de começar tudo de novo. As cartas eram dirigidas a deputados, senadores, vereadores, e todos nos deram resposta favorável. Está aqui o nosso deputado que falou sobre as subvenções que encaminhou ao hospital.

Quando o hospital começou a esboçar uma pequena obra, que seria o ambulatório, o Sr. José conheceu o Ivo. Naquela época, o Ivo era, vamos dizer assim, considerado comunista. Para a época do governo militar, ele era um subversivo. Ele tinha ideias fascinantes. O Sr. José, então, uniu-se ao Ivo, que trouxe mais dois companheiros. E começou o atendimento no Hospital Sofia Feldman. Aquela obra nasceu com donativos de várias pessoas, com azulejos de várias cores em uma só parede, aquilo foi o início do hospital.

Hoje, estamos completando 30 anos de existência, e o hospital ultrapassou as barreiras do oceano. Recebemos visitas da África, porque fizemos uma parceria com a Jica, que é uma agência de cooperação internacional japonesa. A Jica traz o pessoal do Camboja, de Madagascar para pegar o *know-how* do hospital, para saber como trabalhar o parto de maneira humanizada.

O Ivo implantou a ideia da humanização para que determinadas demandas que surgem no hospital, fossem atendidas. Só mesmo pessoas com o espírito do Ivo para trabalhar assim. Falo com ele que o homem da caridade sou eu, pois faço parte da Sociedade São Vicente, mas ele é que tem realmente o espírito de caridade. Ele não observa se há dinheiro para fazer ou não e faz a obra. Várias vezes, recebemos puxões de orelha do secretário de Saúde que nos diz: “Vocês estão criando serviços ali sem escora orçamentária”.

O Ivo criou uma casa para atender a mulheres que vinham de Corinto, Curvelo, mas quando chegavam ao hospital, não estava na hora do parto e tinham de voltar para sua cidade. O Ivo teve a ideia de criar uma casa onde a mulher ficava fora do hospital, como se fosse uma pensão, com todo conforto. Ela não estava internada e ficava durante o tempo necessário. Mantemos essa casa até hoje e, por muito tempo, sem nenhum recurso.

Quero passar a palavra para o Ivo mostrar a vocês o trabalho dele. Solicito ao presidente da Mesa que me conceda essa honra. Passarei a palavra para o Ivo falar um pouco das conquistas do hospital.

Antes de ele falar, gostaria de mencionar uma lista de conquistas do Hospital Sofia Feldman: em 1995, título de Hospital Amigo da Criança, do Ministério da Saúde e Unicef; a Promotoria da Justiça também nos concedeu um prêmio em 1997; Prêmio Cidadania, em 1998, uma Placa de Ouro; a revista *Crescer*, em 1998, classificou a nossa maternidade entre as melhores do País e, hoje, somos a melhor do País; do Ministério da Saúde, recebemos o Prêmio Galba de Araújo; da Fundação Abrinq, fomos finalistas do Prêmio Criança; da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, recebemos a Medalha do Mérito da Saúde; da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 2005, Honra ao Mérito; certificação das iniciativas Doula Comunitária e Programa de Internação Domiciliar Neonatal no Banco de Tecnologias Sociais Efetivas, da parceria Unesco, Petrobras e Fundação Banco do Brasil, em novembro de 2005; Concurso Nacional de Boas Práticas em Maternidade Segura, prêmio que recebemos, em Brasília, da Organização Pan-Americana da



Saúde - Opas -, pela Casa da Gestante Zilda Arns, de acompanhamento das mulheres grávidas; e o Concurso de Boas Práticas em Maternidade Segura, da Opas. Conseguimos tudo isso nesses 30 anos de trabalho.

Somos a maior maternidade de neonatologia do Brasil, em número de atendimentos. Lá nasce por ano o equivalente à população de um município de 10 mil habitantes. Realizamos visitas a Madagascar e ao Camboja. Recebemos anualmente profissionais de saúde e gestores da África, da América Latina e do Caribe. Somos referência para o Ministério da Saúde no que diz respeito à capacitação das equipes para o novo modelo de assistência proposto pelo programa Rede Cegonha. Nossos profissionais são consultores da Rede Cegonha e visitam as maternidades brasileiras pactuadas com o Ministério da Saúde.

Nesses 30 anos, esse foi o nosso ganho. Agradeço penhoradamente a esta Casa por nos ter prestado essa homenagem, que é o reconhecimento do povo mineiro pelo nosso trabalho.

Fiz um curso no Senai, com 13 anos, quando um aluno perguntou ao instrutor: “quanto devo cobrar pelo trabalho que aprendi aqui?”. O instrutor, carrancudo, disse: “o Senai não ensina a ganhar, mas a trabalhar”. Lá também um instrutor me disse que a primeira recompensa que a pessoa recebe é o trabalho cumprido. Hoje, portanto, estamos aqui recebendo recompensas.

Vou passar a palavra ao Ivo, que vai falar um pouco sobre o hospital.

Palavras do Sr. Ivo de Oliveira Lopes

Boa noite. Gostaria de agradecer ao presidente da Casa, que nos permitiu receber esta homenagem. O Silveira ficou contando os meus podres perto da Dra. Valma. Disse a ele que não poderia dizer aquilo, senão ela ficaria na minha cola. Quero agradecer ainda aos outros deputados que contribuíram conosco e aos vereadores. O Dr. Nilton está aqui, bem como o Elson.

Quero dizer que o Sofia chegou onde está, é o que é, pela cooperação de muitas pessoas, a começar pelos empregados. O hospital ficou sem pagar aos trabalhadores por seis ou oito meses, e ninguém parou de trabalhar, ninguém entrou em greve ou suspendeu o atendimento por um dia sequer. Quero, portanto, agradecer a todos os trabalhadores atuais, bem como aos que passaram por lá, porque garantiram a filosofia de trabalho que há até hoje. O Joel Lucas teve conhecimento da época - não é? E o sindicato pressionando. Antes disso, havia a comunidade. O Jorge está aqui conosco. O prazer é nosso. Ele falou do projeto das doulas. A comunidade está 24 horas no hospital, por meio do Amiga da Família, do Plantonista Social e de todos os outros projetos socializantes. O Sr. José e eu não poderíamos tirar a comunidade de lá, que, graças a Deus, está presente até hoje e atuante.

Também não posso deixar de agradecer à Secretaria Municipal de Saúde a parceria.

A Sônia Lansky está aqui, grande parceira com a comissão perinatal do Sofia e do País inteiro. Não podemos deixar de lembrar os projetos Viva Vida, Mães de Minas e Pró-Hosp, que têm nos dado muita sustentação na melhoria do que temos. E o Ministério da Saúde e o governo Dilma, por meio do projeto Cegonha, têm permitido a nossa sobrevivência no cotidiano.

Não temos como falar só de uma pessoa, porque todos deram as mãos para um projeto - o Ivo sozinho não fazia nada -, a associação comunitária, os políticos que construíram o SUS, a constituinte que garantiu o SUS, e nós, trabalhadores, que damos essas sustentação. O Zé falou tudo o que tinha de falar. Ele pediu para eu falar que lá já nasceram mais de 100 mil crianças, que nascem cerca de 10 mil crianças por mês, atendemos gestantes de risco habitual, gestantes de alto risco.

Mas isso tudo não se faz sozinho, não se constrói nem se sustenta uma instituição baseada em uma pessoa, mas sustentada em todos. Tenho de agradecer demais a cada um dos trabalhadores, aqueles que estão lá hoje, os que saíram - todos ajudaram a construir o que temos. E não poderia deixar de estender meu agradecimento aos deputados, ao deputado Alencar da Silveira Jr., que ficou contando a história, remoendo as coisas. Ele me fazia a doação, e eu pagava os trabalhadores, comprava os medicamentos. No outro ano estava o Joel me ajudando a pedir dinheiro para ele outra vez. Para ele e o Aécio, que era deputado, no São Bernardo. Eu falei ao Aécio na época que o maior presente que ele me havia dado tinha sido o Joel. Nós dois brigávamos demais, agora estamos mais em paz. O Zé, junto com Pe. Pigi, prendia o Joel, porque estava invadindo o trem. Era mais ou menos isso.

A única coisa que quero lembrar a todos é que não se constrói nada sozinho, os seres humanos precisam dar as mãos, mesmo que haja diversidade de pensamento. Precisamos do apoio de todos. A irmã que está ali é minha conselheira de tantos anos, sempre nos apoiando; a Majove, diretora do grupo, que era brava, hoje aposentada; e todo mundo. O Conselho de Enfermagem está aqui representado, e a UFMG, que foi a grande parceira desde o primeiro momento. O controle social avançou por meio dos conselhos de saúde. Na época o Joel tinha arranjado conselho de saúde, mas por causa do Vaguinho virou associação.

Enfim, obrigado a todos vocês. Obrigado, em especial, às mais de 100 mil mulheres que confiaram no nosso trabalho, que confiam naquilo que têm, que nos questionam 24 horas por dia, mas dão o suporte e o apoio àquela instituição. Aqui há muitos homens, mas agradeço em especial às mulheres usuárias. Hoje, Joel, não são 800 partos, mas 980 partos em média. Há mês em que são mais de mil, há mês que são 900. Quero agradecer a todas as mulheres presentes, avós, filhas, netas esse apoio que nos deram até hoje. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Boa noite a todas as senhoras e aos senhores presentes. É uma alegria para a Assembleia prestar esta homenagem ao Hospital Sofia Feldman pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade. Faço uma saudação especial ao Sr. José Moreira Sobrinho, presidente da Fundação Integral à Saúde. Parece que, pelos aplausos que recebeu, o nosso amigo Ivo Lopes, diretor técnico-administrativo do hospital, é bastante carismático. Cumprimento ainda ao Sr. Joel, presidente fundador da Associação Comunitária de Amigos e Usuários do Hospital Sofia Feldman; a Sra. Valma Leite da Cunha, promotora de justiça e curadora das fundações; Vera Cristina Bonazzi, responsável técnica de enfermagem do Hospital Sofia Feldman e presidente da Abenfo; e ao meu colega deputado Alencar da Silveira Jr., 3º-secretário desta Casa. Eu não sabia que ele tinha tanta afinidade com o hospital. Quando entrou aqui, adotou o *slogan* “Esse dá resultado”. Ele dá resultado para as entidades que o procuram. Sou testemunha viva do trabalho que ele faz com menores infratores e com entidades que assistem os mais idosos. Elas sempre recorrem ao Alencar porque ele tem sensibilidade, foi vereador em Belo Horizonte, conhece de perto o trabalho de cada uma e pode ajudá-las. Quando ele se refere ao Sofia Feldman, o faz com o coração transbordante.



Tudo o que nasce da dificuldade e do sacrifício tem um valor extraordinário e diferente daquilo que nasce da opulência. Ouvimos que o Sofia Feldman nasceu do sacrifício, da boa vontade de alguns e de muita penúria e fartura, como dizem no meu interior, porque “fartava” tudo. Quando isso ocorre, as coisas têm um valor diferenciado. O Alencar faz muito bem ao tecer essas referências, porque isso enche o seu coração de alegria e lhe dá a satisfação de dever cumprido.

Nós, brasileiros, sonhamos com o momento em que todos os cidadãos terão pleno acesso aos sistemas de saúde. Infelizmente, a carência de leitos, profissionais, remédios e equipamentos, frequentemente noticiada pela imprensa, mostra que estamos ainda distantes da concretização desses sonhos. A despeito de todos esses problemas, devemos nos lembrar de que muito tem sido feito para aprimorar a saúde pública nas últimas décadas. O nosso Sistema Único de Saúde, criado para garantir acesso integral, universal e gratuito para toda a população, é um dos maiores do mundo.

Muitas são as pessoas e instituições que têm se empenhado para que todos recebam tratamento imediato, adequado e efetivo, além de atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação, pautado pelo respeito e pela confiança nos sistemas de saúde. O Hospital Sofia Feldman é uma dessas entidades. Trata-se da maior maternidade do Brasil, que já superou a marca de 100 mil partos realizados. Apenas em 2013, o Sofia, como é carinhosamente conhecido, assistiu mais de 10 mil mulheres no nascimento de seus filhos. E, apesar do grande volume de atendimentos, pode orgulhar-se de ter zerado a taxa de mortalidade materna e neonatal.

No entanto esses números não revelam o principal diferencial dessa maternidade, o respeito, o cuidado e o carinho com que recebe e trata os usuários de seus serviços.

Partindo do princípio de que o trabalho de parto não é uma doença, mas um evento fisiológico natural, os profissionais da instituição consideram a mulher e o bebê os protagonistas do processo, procurando evitar ao máximo procedimentos invasivos, dolorosos e violentos. Tal abordagem é possível porque o Sofia não centraliza o atendimento no médico obstetra, dando espaço à atuação de uma equipe interdisciplinar, composta por enfermeiros, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Além disso, pauta suas atividades na medicina baseada em evidências. Isso significa que suas práticas são definidas com base nos conhecimentos científicos mais atuais, e não na opinião e na tradição. Norteadas por essa filosofia, a maternidade conseguiu alcançar uma taxa de cerca de 75% nascimentos por parto normal, aproximando-se do percentual recomendado pela Organização Mundial de Saúde, que preconiza uma incidência de cesarianas não superior a 15%. Trata-se de uma verdadeira proeza, uma vez que o Brasil é, infelizmente, o país com a maior proporção de nascimentos cirúrgicos no mundo, a maioria deles realizado sem necessidade.

Ao privilegiar o parto normal, o Sofia contribui para diminuir o risco de infecção e hemorragia para a parturiente, reduzindo também a chance de o bebê apresentar problemas respiratórios ou outras enfermidades que acarretem sua internação. Além de adotar procedimentos e tecnologias adequadas, o hospital prioriza as relações humanas e deve muito de seu sucesso à simplicidade. Esses diferenciais têm levado um número crescente de gestantes de maior poder aquisitivo, muitas delas detentoras de planos de saúde, a recorrerem ao Sofia, que destina todos os seus leitos ao atendimento pelo SUS e tem a maioria de suas pacientes encaminhadas pelos postos de saúde.

A excelência do atendimento prestado pelo hospital tem-lhe rendido tantos prêmios que não é possível citar todos neste momento. Basta dizer que a Casa da Gestante Zilda Arns foi declarada a melhor iniciativa institucional para redução da mortalidade materna, no concurso nacional de boas práticas em maternidade segura, realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde e pelo Ministério da Saúde.

Apesar de todos esses méritos, reconhecidos nacional e internacionalmente, o modelo adotado pelo hospital ainda é visto com desconfiança e chega mesmo a encontrar oposição de vários setores. A luta incansável de sua equipe para mostrar que tal modelo é aplicável à realidade brasileira tem sido fortalecida pelo apoio da comunidade do Bairro Tupi, que participa ativamente da gestão do Sofia desde a sua fundação, nos anos 1970.

Por sua coragem em adotar práticas de vanguarda, parablenho todos que ali trabalham. Cumprimento, em especial, o presidente da Fundação de Assistência Integral à Saúde do Hospital Sofia Feldman, José Moreira Sobrinho, e o diretor técnico do Hospital Sofia Feldman, Dr. Ivo Lopes. São instituições como essas, fundadas no mais profundo respeito pela vida humana, que renovam a nossa crença na viabilidade de um Brasil mais saudável, mais digno e mais igualitário!

Posso afirmar que, com todo o apoio que têm recebido, como o do INSS, que não paga lá essas coisas para manter o hospital, nenhuma dessas entidades consegue imprimir no Hospital Sofia Feldman o que vocês fazem, ou seja, o carinho, o acolhimento e o respeito às parturientes. Isso não se transfere por uma determinação nem dinheiro, mas por amor, por sentimento, por compreender que essa é a fase mais importante que a mulher tem na sua vida.

Ao chegar o parto, ela nos parece uma mulher forte, porque está cheia de expectativa por ter carregado no ventre, durante nove meses, uma criança. É o momento mais frágil que uma mãe pode encontrar na vida, porque ela não pensa em si, ela pensa no outro. É um momento de fragilidade, e, se não houver o acolhimento e o reconhecimento dos profissionais que trabalham, certamente, sua vida e a vida do seu recém-nato seriam diferentes. Por isso parablenho cada um de vocês pelo trabalho que desenvolvem lá, que não há dinheiro que pague.

Diante de tantas menções que foram feitas, daqueles que constituíram as entidades e as associações, percebo que é preciso ser um pouco louco para fazer as coisas. Certamente, para construir o Sofia houve muitos loucos, que sonharam em fazer daquilo uma referência, mas o Brasil também é feito de loucos, porque é por meio das loucuras que realizamos sonhos. Se não houvesse loucura de alguns e doiduras de outros, que teimam em continuar com o trabalho, não estaríamos aqui homenageando o Sofia Feldman.

Quem trabalha com associação, com fundação, via de regra, é como um presidente de clube, como um presidente de alguma entidade: são 1, 2 ou 3, para carregar o caixão, 100 para sentar em cima e 500 para aborrecer os que trabalham. Mas no Sofia Feldman é diferente. Vemos que todos dão as mãos para o mesmo propósito; aí, o caixão se torna leve, porque sabem que têm uma missão a cumprir. É por isso que têm a força necessária para continuar esse trabalho, que, muitas vezes, não é reconhecido e, certamente, muito mal pago, mas há sempre um ser superior que move as pessoas pelo sonho.



E não há nada que faça um pai e uma mãe sonharem com tanta gratidão - com os choros de muitos, com os sofrimento de muitos - como o nascimento de uma nova vida; quando geramos, fruto de amor, mais uma vida para melhorar o mundo em que vivemos.

Por isso, meus amigos do Sofia Feldman, em meu nome, em nome do presidente Dinis Pinheiro, em nome do deputado Alencar da Silveira Jr., em nome de 77 deputados que compõem esta Casa, parabeno-os pelo trabalho. Que Deus lhes dê a perseverança necessária, porque, quando fazemos o bem, às vezes, muito mal remunerados, existem muitas pessoas que nos invejam e querem derrubar o trabalho, mas a força espiritual é muito maior. Espero que Deus continue lhes abençoando para que sejam movidos por esse sentimento, como é o sentimento da Assembleia Legislativa. Sejam muito abençoados. Que Deus proteja cada um de vocês. Esta Casa rende a homenagem mais do que merecida ao Sofia Feldman. Que Deus abençoe todos vocês.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o grupo Prata da Casa, que apresentará as músicas *Eu só peço a Deus*, de León Gieco, *Amor de índio*, de Beto Guedes e Ronaldo Bastos, e um *pot-pourri* de músicas cantadas por Milton Nascimento, entre elas, *Caçador de mim*, de Sérgio Magrão e Luiz Carlos Sá; *Fé cega, faça amolada*, de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos; e *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brant.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Parabéns ao conjunto, parabéns aos músicos, parabéns às cantoras, que terminaram por enfeitar mais a noite. Parabéns a todos que fazem a grandeza do Sofia Feldman.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DO SR. SAMIR CARVALHO MOYSÉS PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO IDENE, EM 14/5/2014

Às 14h25min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Gil Pereira e Duarte Bechir (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas dos deputados Arlen Santiago, para presidente, e Gil Pereira, para vice-presidente, as quais, submetidas a votação, cada uma por sua vez, são aprovadas por unanimidade. O presidente *ad hoc* empossa o presidente eleito, que, em seguida, empossa o vice-presidente. O presidente, deputado Arlen Santiago, avoca a si a relatoria da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

Arlen Santiago, presidente – Gil Pereira – Bonifácio Mourão.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/5/2014

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Almir Paraca e Célio Moreira (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da comissão e ouvir os convidados. A presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.498/2012, no 1º turno (deputado Almir Paraca) e Projeto de Lei nº 4.651/2013, no 1º turno (deputado Cássio Soares). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.616/2012, na forma do vencido em 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 7.724/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.962/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Araguari pedido de providências para que seja ministrado curso de capacitação em língua brasileira de sinais - Libras - para os servidores que trabalham com atendimento à população, conforme demanda apresentada na 6ª Reunião Extraordinária desta comissão;

- nº 9.963/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Araguari pedido de providências para adequação dos banheiros existentes nas praças do município às normas atinentes à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme demanda apresentada na 6ª Reunião Extraordinária desta comissão;

- nº 9.964/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Araguari pedido de providências para que seja verificada a possibilidade de disponibilizar intérpretes da língua brasileira de sinais - Libras - nos serviços municipais que envolvem atendimento ao público, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social, conforme demanda apresentada na 6ª Reunião Extraordinária desta comissão;

- nº 9.965/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria Municipal de Saúde de Contagem para ampliar as opções de tratamentos sensoriais e comportamentais para crianças autistas, inclusive com a



disponibilização de psiquiatras e neurologistas, conforme demanda apresentada pelo Grupo de Apoio a Pais de Autistas - Amais -, na 5ª reunião extraordinária desta comissão;

- nº 9.966/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Prefeitura Municipal de Contagem com vistas a realizar um censo para identificar o número de pessoas autistas nesse município, bem como criar centros de referência e políticas públicas na área de esportes para as pessoas com deficiência, conforme demanda apresentada pelo Grupo de Apoio a Pais de Autistas - Amais -, na 5ª Reunião Extraordinária desta comissão;

- nº 9.967/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria Municipal de Educação de Contagem para atender as demandas apresentadas pelo Grupo de Apoio a Pais de Autistas - Amais -, na 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, a saber: investir na qualificação dos mediadores, professores, pedagogos e diretores no que se refere à educação inclusiva e assegurar que os alunos com deficiência tenham acompanhamento de profissional de apoio durante todo o ano letivo;

- nº 9.968/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria Municipal de Saúde de Contagem para verificar a possibilidade de disponibilizar um fisioterapeuta para a Associação Renascer de Contagem, conforme demanda apresentada na 5ª Reunião Extraordinária desta comissão;

- nº 9.969/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Prefeitura Municipal de Araguari para adequar as instalações do auditório da Policlínica Dr. Oabi Gebrim, inclusive o palco, para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme demanda apresentada na 6ª Reunião Extraordinária desta comissão;

- nº 9.970/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Prefeitura Municipal de Araguari para verificar a possibilidade de implantação de uma Central de Interpretação de Libras no município por meio de uma parceria com o governo federal no âmbito do programa Viver sem Limite, conforme demanda apresentada na 6ª Reunião Extraordinária desta comissão;

- nº 9.971/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita sejam ouvidas as pessoas presentes nesta reunião;

- nº 9.972/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita sejam encaminhados à Sra. Jaqueline Amador dos Santos exemplares em braille dos livros *Como se Fazem as Leis*; *O Navio Negreiro e Vozes da África*; *Guia Legal*; e a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB*.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e os Srs. Marcos Maracanã, jornalista da TV Record; Camilo Machado de Miranda Porto, advogado e professor de direito constitucional e de técnica legislativa da Faculdade Milton Campos; Franco Cristiano Alves, advogado; João Vitor Rosa de Moura, adolescente trabalhador; Mário Elias Jorge, representante da União Vespasianense do Deficiente Físico, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Liza Prado, presidente – Elismar Prado.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/5/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da Indicação nº 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Estado de Minas Gerais - Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



Votação, em turno único, da Indicação nº 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV MINAS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 83/2013, feita pelo governador do Estado, do nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 87/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Petrina Mourão Mafra para compor o Conselho Estadual de Educação, na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 91/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Márcia Nogueira Amorim para compor o Conselho Estadual de Educação, na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 93/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa para compor o Conselho Estadual de Educação, na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com os bancos Citibank S.A. e Deutsche Bank S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - para os fins que menciona e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art.2º da Lei nº 6.074, de 17 de abril de 1973, que altera o Decreto-Lei nº 1.627, de 12 de janeiro de 1946. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 248/2011, do deputado Elismar Prado, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.133, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a política estadual de medicamentos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.851/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.220/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.568/2013, do deputado Duílio de Castro, que reconhece Cordisburgo como a Capital Mineira da Cultura. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Cultura, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2, apresentado em Plenário, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Cultura.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.873/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.078/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.914/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2010. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.



Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.288/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.209/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios nºs 38 a 44, de 31 de março de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.217/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 45, 46, 47, 49 e 50, de 22 de abril de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 51/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que revoga o parágrafo único do art. 183 da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.112/2011, do deputado Cássio Soares, que institui o Dia do DeMolay. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2012, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Mineiro de Agropecuária o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.996/2013, do deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarará o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.179/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.475/2013, do deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.683/2013, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações, o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.964/2014, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Oliveira o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 325/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a instalação de medição individualizada do consumo de energia elétrica nas edificações prediais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 962/2011, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 13.766, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta seletiva de lixo e altera dispositivo da Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2011, do deputado Leonardo Moreira, que estabelece normas para o fornecimento, por estabelecimento comercial, de sacola plástica ao consumidor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a desafetação de trecho de rodovia e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Juatuba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2, da Comissão de Transporte.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Mato Dentro o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.519/2013, do deputado Ivair Nogueira, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.995, de 1º de julho de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.574/2013, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.665/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Lagonegro o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.899/2014, do deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a alterar a finalidade do bem doado ao Município de Cataguases pela Lei nº 14.381, de 2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.948/2014, do deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a divulgação da campanha Coração Azul contra o tráfico de pessoas no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.077/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.093/2014, do governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER - MG - a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.585/2013, do deputado Cabo Júlio.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.474/2013, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 7.977, 7.981 a 7.985, 7.998 a 8.006/2014, do deputado Cabo Júlio; 7.980, 7.997 e 8.012/2014, do deputado Sargento Rodrigues.

Entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados em atenção ao Requerimento nº 7.526/14.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.995/2012, do governador do Estado; 4.655/2013, do deputado Braulio Braz; 4.963/2014, da deputada Liza Prado; 4.972 e 5.107/2014, do deputado Lafayette de Andrada; 5.196/2014, do deputado Célio Moreira; 5.205/2014, do deputado Sávio Souza Cruz; 5.206/2014, do governador do Estado; e 5.213/2014, do deputado Luiz Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.884/2014, do deputado Duarte Bechir; 5.190/2014, do deputado Rogério Correia; 5.194/2014, do deputado Ivair Nogueira; 5.195/2014, do deputado Inácio Franco; 5.198/2014, do deputado Antonio Lerin; e 5.203/2014, do deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.817/2014, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.018/2013, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.294/2013, do deputado Duílio de Castro; 4.562/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; e 4.910/2014, do governador do Estado.

Requerimento nº 7.957/2014, da deputada Maria Tereza Lara.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.936/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.795/2014, da deputada Luzia Ferreira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.048/2014, do deputado Bosco.

Requerimentos nºs 7.757 e 7.815/2014, do deputado Ivair Nogueira; 7.830/2014, do deputado Ulysses Gomes; 7.995/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 7.996/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 7.978 e 7.979/2014, do deputado Tony Carlos; 7.930 a 7.938/2014, do deputado Ivair Nogueira; e 7.994/2014, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 27/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 27/5/2014, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e das Indicações n.ºs 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado; 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF; 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado de Minas Gerais; 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Estado de Minas Gerais - Utramig; 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG; 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas; 83/2013, feita pelo governador do Estado, do nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS; 87/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Petrina Mourão Mafra para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; 91/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Márcia Nogueira Amorim para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; e 93/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução n.ºs 2.914/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2010; 4.288/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2011; 5.209/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios n.ºs 38 a 44, de 31 de março de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; e 5.217/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS n.ºs 45, 46, 47, 49 e 50, de 22 de abril de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; e dos Projetos de Lei n.ºs 248/2011, do deputado Elismar Prado, que acrescenta dispositivos à Lei n.º 14.133, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a política estadual de medicamentos; 325/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a instalação de medição individualizada do consumo de energia elétrica nas edificações prediais; 962/2011, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei n.º 13.766, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta seletiva de lixo e altera dispositivo da Lei n.º 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que



dispõe sobre a parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal; 2.112/2011, do deputado Cássio Soares, que institui o Dia do DeMolay; 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama; 2.905/2012, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Mineiro de Agropecuária o imóvel que especifica; 3.851/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o trecho que especifica; 3.996/2013, do deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarará o imóvel que especifica; 4.179/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica; 4.220/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o trecho que especifica; 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a desafetação de trecho de rodovia e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Juatuba; 4.475/2013, do deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica; 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Mato Dentro o trecho rodoviário que especifica; 4.519/2013, do deputado Ivair Nogueira, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.995, de 1º de julho de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica; 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art. 2º da Lei nº 6.074, de 17 de abril de 1973, que altera o Decreto-Lei nº 1.627, de 12 de janeiro de 1946; 4.568/2013, do deputado Duilio de Castro, que reconhece Cordisburgo como a Capital Mineira da Cultura; 4.574/2013, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica; 4.665/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Lagonegro o trecho de rodovia que especifica; 4.683/2013, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica; 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e dá outras providências; 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985; 4.873/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica; 4.899/2014, do deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a alterar a finalidade do bem doado ao Município de Cataguases pela Lei nº 14.381, de 2002; 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações, o imóvel que especifica; 4.948/2014, do deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a divulgação da campanha Coração Azul, contra o tráfico de pessoas no Estado de Minas Gerais; 4.964/2014, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Oliveira o imóvel que especifica; 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica; 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com os bancos Citibank S.A. e Deutsche Bank S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - para os fins que menciona e dá outras providências; 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências; 5.077/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Minas Gerais o imóvel que especifica; 5.078/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e 5.093/2014, do governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Estado o imóvel que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de maio de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Samir Carvalho Moysés para o Cargo de Diretor-Geral do Idene

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gil Pereira, Bonifácio Mourão, Carlos Pimenta e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/5/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 98/2014, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/5/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

Almir Paraca, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

Almir Paraca, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão, para a audiência pública a ser realizada em 30/5/2014, às 10 horas, na Câmara Municipal de Uberaba, com a finalidade de discutir a segurança pública nesse município devido ao expressivo aumento da violência e as estratégias de combate e de prevenção à criminalidade no Triângulo Mineiro, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

João Leite, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.216/2014****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária****Relatório**

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, esse projeto ratifica regime especial de tributação concedido ao contribuinte mineiro do segmento econômico de preparações farmacêuticas, reagentes para diagnóstico *in vitro*, insumos para a indústria de medicamentos e equipamentos médicos, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicado no *Diário do Legislativo* em 17/5/2014, vem a esta Comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

O regime especial de tributação em matéria do ICMS concedido ao contribuinte mineiro do segmento econômico de preparações farmacêuticas, reagentes para diagnóstico *in vitro*, insumos para a indústria de medicamentos e equipamentos médicos foi comunicado pelo governador do Estado, por meio da Mensagem nº 655/2014, publicada no *Diário do Legislativo* em 6/5/2014, que encaminhou exposição de motivos, elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF. Tal exposição justifica a adoção de medidas de proteção do setor contra benefícios fiscais relativos ao ICMS irregularmente concedidos pelos Estados do Rio de Janeiro, de Rondônia, do Tocantins, de Pernambuco e de Santa Catarina e instituídos, respectivamente, por Lei nº 5.636, de 2010 e Decreto nº 42.649, de 2010, Lei nº 1.473, de 2005, Lei nº 1.201, de 2000, Lei nº 11.675, de 1999 e Decreto nº 3.530, de 2010. As vantagens proporcionadas decorrem, principalmente, de concessão de crédito presumido do imposto.

A exposição de motivos salienta, ainda, que a reação do governo estadual deve ser rápida, a fim de neutralizar os efeitos econômicos e sociais negativos para o Estado. Justifica a concessão de regime especial de tributação – RET – para as empresas do segmento econômico do setor de preparações farmacêuticas, reagentes para diagnóstico *in vitro*, insumos para a indústria de medicamentos e equipamentos médicos que comprovadamente estiverem sendo prejudicadas em sua competitividade ou impedidas de se instalarem em Minas Gerais em face de benefícios concedidos por outros estados, bem como informa que já foram concedidos alguns regimes especiais, os quais instituem crédito presumido na venda de produtos industrializados, conforme transcrito a seguir:

"I – de 5% (cinco por cento) sobre o valor da operação de venda interna, quando o conteúdo de importação for maior que 40% (quarenta por cento);

II – de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor da operação de venda interestadual, quando o conteúdo de importação do produto for maior que 40% (quarenta por cento);

III – implicando recolhimento efetivo de ICMS de:

a) 1,0% (um inteiro por cento) do valor das operações de vendas dos produtos industrializados, em operações internas e interestaduais, desde que o conteúdo de importação seja menor ou igual a 40% (quarenta por cento);

b) 3,0% (três por cento) do valor das vendas dos produtos industrializados destinadas a não contribuintes;

c) 0% (zero por cento) do valor das vendas dos produtos industrializados destinadas a pessoas jurídicas não contribuintes".

O art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, faculta ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias à proteção da economia do Estado, caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previsto em lei complementar ou convênio celebrado nos termos da legislação específica. O § 1º desse artigo determina que o expediente com exposição de motivos para adoção de medida que incida sobre setor econômico deve ser enviado à Assembleia Legislativa pela SEF; o § 2º, que essa medida deve ser ratificada por esta Casa no prazo de 90 dias, por meio de resolução; o § 6º, que cabe à SEF o envio trimestral à Casa da relação das medidas adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram. Relatório do primeiro trimestre de 2014 com a relação



trimestral das medidas de proteção da economia, incluindo o regime especial concedido às empresas do setor, enviado pela SEF a esta comissão, confirma o cumprimento desse dispositivo.

Consideramos necessária a concessão do regime especial de tributação para o restabelecimento da competitividade do segmento econômico de preparações farmacêuticas, reagentes para diagnóstico *in vitro*, insumos para a indústria de medicamentos e equipamentos médicos no Estado.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 5.216/2014, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

Romel Anízio, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/5/2014

O deputado Ivair Nogueira* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento mais uma vez o Dr. Alexandre Trindade, professor do curso de direito da Faculdade Pitágoras de Betim, e agradeço a presença dos alunos dessa faculdade. Sem dúvida alguma é uma das grandes faculdades de Betim, e é um privilégio tê-los presentes aqui. Dr. Alexandre Trindade, alunos da Faculdade Pitágoras, hoje estamos tratando de um tema importante. Estamos às vésperas de uma Copa do Mundo e sabemos que, infelizmente, ainda não estamos preparados para receber um evento de tamanha envergadura. Mas o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo, e acho que houve grandes avanços na questão do PAC, dos acessos, da melhora dos aeroportos, que ainda não foram concluídos, mas que estão em fase de conclusão. Ontem houve a inauguração de aeroporto de São Paulo, que praticamente triplicou sua capacidade; o Aeroporto de Confins está em fase final de acabamento; e estamos preocupados com a imagem do Brasil lá fora, principalmente quanto à segurança pública, ou à falta de segurança pública vivida no nosso Estado e no País como um todo.

Sabemos que têm faltado investimentos e não estamos aqui para culpar nem governo do Estado, nem governo federal, nem governo municipal. Sabemos que a segurança pública acaba sendo de responsabilidade de todos. Se não houver, por parte dos poderes constituídos, grande conscientização de que estamos vivendo um momento de fragilidade em termos de segurança pública, teremos muitos dissabores pela frente.

Viveremos agora este momento que, de um modo geral, é o grande teste para as administrações, em razão do que está sendo discutido e prometido pelos movimentos que acontecerão. É lógico que, como parlamentar, sou também favorável a todo e qualquer movimento que houver em busca de soluções que possam melhorar o que temos atualmente.

Devo aqui reconhecer que ocorreram grandes avanços na segurança pública, assim como investimentos do governo do Estado na busca e na aquisição de viaturas. Além disso, houve melhorias dentro das possibilidades, principalmente em relação ao pessoal, mas ainda estamos muito longe de atender à demanda e àquilo que merecem os profissionais da segurança pública.

Estamos vivendo ainda, Cabo Júlio, um momento na segurança pública que não é deste governo, mas sim de vários governos que antecederam a este. É uma prática que, no dia a dia, existe na segurança pública, principalmente nos municípios. Aliás, os municípios têm sido parceiros por meio de convênios com o governo do Estado, cedendo pessoas e funcionários e pagando aluguel. Mesmo não tendo, às vezes, aquela condição de ajudar, o município tem contribuído porque também quer viver um momento de paz.

Está aqui o deputado Marques, que é do nosso meio, um grande atleta que trouxe muito orgulho para Minas Gerais e também para o Brasil como um todo. O deputado Marques viveu dentro dos campos e agora está na Comissão de Esportes. V. Exa. sabe o que acontecerá agora. Além disso, sabe que temos de estar preparados para esse grande momento. Se não nos prepararmos, teremos muitos dissabores.

Deputados Cabo Júlio e Vanderlei Miranda, de 10 dias para cá tenho sido procurado, assim como vários deputados desta Casa, questionando-me a condição atual dos delegados de polícia de Minas Gerais. Sabemos que, se fizermos uma lista de prioridades, antes de uma grande obra, todos queremos hoje é tranquilidade e paz. O deputado Vanderlei Miranda está presidindo uma comissão da mais alta importância, com a realização de eventos em Belo Horizonte e pelo interior de Minas. Sabemos que as drogas têm contribuído de forma acentuada para levar, principalmente os jovens que às vezes não têm ocupação, para esse mundo. Sabemos o quanto tem sofrido a família. Deputado Vanderlei Miranda, sei que o seu trabalho tem alcançado uma meta importante. Tomara que Deus lhe dê essa confiabilidade, que, aliás, V. Exa. já tem, de transmitir e continuar com esses movimentos que são fundamentais para o nosso Estado de Minas Gerais.

Deputado Cabo Júlio, temos discutido a questão dos delegados. No passado, houve um movimento em que a Defensoria Pública conseguiu alcançar aquilo que merece. Aliás, o avanço que obtive do governo do Estado é merecido. Sabemos que, pela Constituição Federal, a Defensoria Pública chegará ao nível de promotor e juiz. Esperamos que isso aconteça, pois ela também tem um trabalho importante no atendimento, principalmente, aos mais carentes deste estado.

Para se ter segurança, vejo que precisamos de uma Polícia Militar fortalecida, uma Polícia Civil constituída e uma Defensoria Pública capaz. Creio muito que o governador Alberto Pinto Coelho será sensível a este movimento que está acontecendo em Minas Gerais, porque os delegados estão promovendo um movimento pacífico, buscando o entendimento, a conciliação e, acima de tudo, obter, num primeiro momento, um subsídio que lhes dê igualdade de condição com outros que também lidam na segurança.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Deputado Ivair, em primeiro lugar, V. Exa. traz um tema que será recorrente nesta eleição: a segurança pública. Tenho ouvido falar muito nesta Casa e em vários palanques que a segurança pública em Minas Gerais avançou muito. Talvez estejamos avançando igual a rabo de cavalo: para baixo. Porque não consigo entender – e aí vou entrar no tema que V.



Exa. abordou, o tema do advogado de polícia –, num Estado que diz que avança tanto, um delegado de polícia ganhar menos que um delegado de polícia do Piauí. Como um delegado de polícia de Minas ganha menos que um delegado de polícia do Maranhão? Vejam que o nível escolar de delegados é superior, eles são bacharéis em direito. Os delegados estão pedindo exoneração porque estão passando em concurso para cargos técnicos, de 2º grau, e estão ganhando mais que um delegado de Minas.

Tudo bem falar que Minas está avançando, mas vamos discutir sobre Polícia Militar, Polícia Civil, Defensoria e Ministério Público. Na Polícia Civil, o chamado investigador, que, quando entrei na polícia, ganhava como um 3º-sargento, hoje está ganhando um salário no nível de um soldado em início de carreira. Como não existe mais carcereiro, o delegado de polícia... Foi feito um concurso para 420 novos delegados. Isso ainda não tem um ano, e 84 deles já pediram exoneração. Vamos tratar de segurança pública, em que aquele que é o encarregado de presidir o inquérito policial para descobrir o autor do crime ganha menos que o mesmo encarregado de um estado paupérrimo, como o Maranhão e o Piauí. Esses dois estados são paupérrimos, e, em Minas Gerais, que é o terceiro estado do País, eles ganham menos. Então queria entender onde está esse avanço da Polícia Civil, quando a Comissão de Segurança Pública visita o Ceflan – estive lá acompanhando uma ocorrência – e vê que os policiais estão trabalhando em um sofá rasgado.

Então, deputado Ivair, V. Exa. aborda um assunto em que não dá para cuidar de um ator e deixar o outro de fora. A Polícia Civil está crescendo, sim, está avançando, sim, mas igual a rabo de cavalo: para baixo e para pior.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte) – Quero parabenizar V. Exa. por abordar um tema tão importante. Sabemos que tem sido permanente a cobrança por melhoras em algumas áreas, entre elas a da segurança. A defesa que V. Exa. faz é coerente, consistente e consciente. Precisamos - e, quando digo “nós”, digo toda a população - de não apenas termos a sensação de segurança, mas a certeza dela. Não diferentemente da educação e da saúde, sabemos que, na questão da segurança, profissionais bem-remunerados com certeza nos darão como resposta uma qualidade de serviço que nos deixará tranquilos.

V. Exa. citou as drogas, especialmente o *crack*. Hoje 80% da nossa população carcerária tem alguma ligação com as drogas. É um número absurdamente alto de envolvimento de pessoas com as drogas. E 60% dos crimes praticados têm origem nas drogas. Aproveito, deputado Ivair, para parabenizar V. Exa. também pela iniciativa de realizar a marcha contra o *crack* na cidade de Betim. Parabéns. Quero crer que a marcha nessa cidade será um sucesso.

O deputado Ivair Nogueira* – Obrigado pelo apoio, deputado Vanderlei.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte) – A marcha que acontecerá aqui neste sábado, às 9 horas, irá coincidir com a marcha de Betim. Então, aproveito este aparte para convidar a população a participar conosco aqui em Belo Horizonte, em Betim e em outras cidades onde essas marchas estiverem acontecendo, porque é um movimento importante e tem a ver com segurança.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Ivair Nogueira, eu estava conversando com o amigo deputado Cabo Júlio, e, fazendo aparte a V. Exa., entendo que de agora até outubro será difícil tratarmos essas questões, especificamente questões salariais, porque os discursos acabam trilhando um caminho que não apenas o da questão administrativa e gerencial, mas também político. É difícil chegarmos a uma boa conclusão ou a um bom termo nesse período pré-eleitoral, principalmente durante a campanha que daqui a um mês e meio se iniciará. Mas é importante lembrar que, em termos de questão salarial, eu queria que ganhassem muito mais do que ganham, mas nós, deputados, nesta legislatura, votamos um projeto de lei dando um salto na remuneração dos policiais civis e militares como nunca feito antes no Estado. Deputado Adelmo, V. Exa. votou isso aqui, comprometendo boa parte dos recursos do caixa estadual por conta dessa melhora do aumento crescente, parcelado entre 2012 a 2015 - Lei nº 19.576, de 2011 -, 101% de aumento em 4 anos. Se V. Exa. perguntar nesse período de pré-campanha eleitoral, para todo mundo será pouco. Temos de ter responsabilidade, não adianta prometer e depois não conseguir pagar. Não adianta prometer e depois ter dificuldade para correr atrás para pagar 13º salário, férias, os direitos do servidor. Vejam o salário dos policiais, vamos ver o salário dos professores, a situação é complicada para todos, mas o dinheiro é pouco, o cobertor é curto, temos de cuidar de muita coisa.

O problema da segurança é seriíssimo, reivindicação não só dos mineiros, mas dos brasileiros. Todos os grandes centros sofrem com essa questão. Mas deixemos de lado. Divido com V. Exa. a preocupação com a segurança, estamos juntos do mesmo lado para fazer do nosso estado um estado mais seguro, mas com um discurso responsável e os pés no chão, sem loucura e demagogia. Obrigado.

O deputado Ivair Nogueira* - Obrigado, deputado. Quero cumprimentar o presidente da Câmara Municipal de Machado. Quero dizer a V. Exa., deputado Gustavo Valadares, que o meu discurso é com responsabilidade e sem demagogia. Tanto que fiz questão de falar e reconhecer que neste governo houve avanços em função da segurança pública.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Essa crítica que fiz não foi a V. Exa., que fique bem claro.

O deputado Ivair Nogueira* - Digo isso, senão o telespectador não vai entender. Eu quero dizer a V. Exa. que, apesar de todos os avanços ocorridos - e estamos lutando aqui, o governo do Estado tem procurado dialogar, assim como os delegados também estão fazendo um movimento ordeiro para dialogar e buscar o entendimento -, o delegado, sem nenhum desmerecimento, tem de ganhar pelo menos igual ao que ganha um defensor público, que tem uma função tão importante quanto a sua. Este é o apelo que fazemos neste momento, não para criar nenhuma expectativa, mas para pedir ao governo para analisar com cuidado porque, pela estatística, a maioria dos delegados que fizeram concurso usaram como trampolim, porque estão ocupando outros cargos e deixando várias cidades sem delegado de polícia, o que não é bom neste momento. De qualquer forma, agradeço e tenho certeza de que o governador Alberto Pinto Coelho vai analisar essa causa com muito carinho, vai dialogar e, quem sabe, buscar uma solução boa para todos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, apenas para complementar o aparte feito a V. Exa, um delegado, no início de carreira, a partir do ano de 2015, receberá mais que R\$11.000,00 no Estado de Minas Gerais. Isso é pouco diante dos riscos da profissão? Não tenho dúvida que sim, mas é o que podemos pagar se quisermos um Estado para todos, com investimentos para todos os segmentos e para todos os setores. Tivemos um avanço significativo, ao longo desses últimos quatro anos,



com essa lei aprovada pelos nobres pares, pela Assembleia Legislativa, que concedeu esse aumento de mais de 100%, escalonado em quatro anos.

Sr. Presidente, subo à tribuna para fazer um alerta à população, em especial à população mineira, aos mineiros, quanto às críticas dirigidas ao governo do Estado pela presidenta da República, quando veio, mais uma vez, anunciar o início das obras da BR-381, conhecida no Brasil todo como Rodovia da Morte. O interessante é que, mesmo com a assinatura da presidenta, não sairá nem um metro de duplicação no trecho em que ela mais mata e provoca acidentes, pelo próximo ano e meio. Isso é para vocês terem consciência do discurso da presidenta, quando veio ao Vale do Aço, na semana passada, que nada mais é que uma promessa eleitoreira e mentirosa. Ela fez duas críticas ao governo estadual, quando disse que é de responsabilidade do governo do Estado a execução da reforma do Anel Rodoviário e do metrô da nossa capital. O belo-horizontino, em especial, constantemente passa pelo anel e reivindica o metrô.

Nenhum mineiro é bobo. Todos eles sabem que anel rodoviário e metrô são obras que sempre foram de responsabilidade do governo federal. Não é à toa que o metrô de Belo Horizonte é administrado por uma empresa que se chama Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU -, ligada diretamente ao Ministério das Cidades. Antes da criação do Ministério das Cidades, ele era ligado ao Ministério dos Transportes. O Anel Rodoviário sempre foi ligado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit -, consequentemente, ligado ao Ministério dos Transportes.

Ao longo do últimos 12 anos, lembro-me com saudades do ex-colega desta Casa, deputado Roberto Carvalho, ex-vice-prefeito de Belo Horizonte, que, dezenas de vezes - para não dizer quase uma centena de vezes -, foi ao seu Twitter, quando ia ou voltava de Brasília, para dizer que estava saindo a tão sonhada reforma do Anel Rodoviário. Quem tiver facilidade de acessar o Twitter pode procurar pelo deputado Roberto Carvalho e contar quantas vezes ele anunciou o início das obras da reforma do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, enquanto foi vice-prefeito. Isso ocorreu diversas vezes, mas deixaram-no vendido. Acho até que a responsabilidade nem era dele, porque o governo federal criava, na cabeça dele, a ilusão de que a obra sairia, e ele ficava vendido, como ficou inúmeras vezes. Ele é o que menos tem culpa disso tudo.

Deputado Antônio Carlos Arantes, gostaria de dizer que não sei se, no final de 2012 ou no início de 2013, o governo federal, pela sua completa inoperância e inércia na questão de planejamento, pediu ao governo estadual que assumisse a licitação e a confecção dos projetos da reforma do Anel Rodoviário e a ampliação do metrô de Belo Horizonte. Essas duas obras são de responsabilidade do governo federal. O governo de Estado, na época, gerenciado pelo ex-governador Anastasia, de pronto, aceitou a missão, porque aqui, em Minas, gestão vem em primeiro lugar.

Discurso político faz parte, e vai sim muito bem, mas a gestão vem em primeiro lugar. E, como aqui as coisas são todas muito bem planejadas, o governo aceitou: “Dê-me aqui esse para casa que cumprirei meu papel”. Em final de 2012, início de 2013, deputado Sargento Rodrigues, o governo do Estado assumiu o papel de construir, confeccionar, licitar os projetos executivos de reforma do Anel Rodoviário e das Linhas 2 e 3 do metrô de Belo Horizonte. Mas sabem o que aconteceu? Estive recentemente na Secretaria de Obras e constatei que o projeto do Anel Rodoviário está pronto. Temos três intervenções que são das mais importantes, senão as mais importantes no anel: o entroncamento com a Avenida Amazonas; o entroncamento com a Rua Ivaí, no final da Padre Eustáquio, na famosa Praça São Vicente; e outra de que me lembrarei daqui a pouco. Esses três projetos somados terão um custo de reforma de R\$391.000.000,00 e resolverão 70% do problema do tráfego pesado que passa no Anel Rodoviário e causa os engarrafamentos. Eles já estão prontos lá no Dnit. E sabe qual foi a resposta do Dnit, deputado Rogério Correia?

O Dnit alegou que não havia tempo hábil para a aprovação dos referidos projetos de engenharia e conferência dos orçamentos apresentados. Ele disse que não teria tempo nem condições de revisar o projeto entregue, então sugeriu ao governo do Estado que fizesse uma licitação-modelo, chamada RDC Integrada. Para todos entenderem, direi o que é essa licitação. O governo do Estado gastou R\$20.000.000,00 ou R\$30.000.000,00 na confecção dos projetos do Anel Rodoviário. A RDC Integrada consiste em jogar fora esses valores e fazer uma licitação para contratar um novo projeto, e a mesma empresa que vencer a licitação do projeto fará também a obra. Isso significa queimar R\$30.000.000,00, ou seja, o Dnit sugeriu ao governo do Estado que queimasse os R\$30.000.000,00 gastos no projeto: “Isso não vale nada, é pouco: façam de novo, comecem lá atrás”. Como se isso fosse agilizar.

Um projeto de engenharia complexo como o de reforma do anel toma tempo. E o governo do Estado o fez a tempo e o entregou ao governo federal, que, para não fazer - pois não quer fazer -, veio com esse argumento de que não havia tempo hábil para analisar as planilhas e o projeto. Então, sugeriu que queimassem o que estava feito, jogassem um ano e meio fora e comessem tudo de novo. Faz-se um novo projeto, e a empresa que o fizer tocará a obra à frente.

Pelo amor de Deus! Que discurso e que coragem tem essa senhora, a presidenta da República, para vir a Minas e dizer que é responsabilidade do governo do Estado e que o dinheiro está à disposição. Como não fizeram ao longo de 12 anos, meu Pai do céu? Este é o mesmo governo desde 2003. Essa senhora que hoje é a presidenta da República era a “gerentona” de Lula, enquanto ele esteve à frente do governo federal. Deputado Rogério Correia, não sei se esse seria o termo correto, mas tenho dó de quem tem que defender uma fala dessa e também de V. Exa., um dos representantes do Partido dos Trabalhadores aqui, pois vocês ficam sem argumento. Foram 12 anos sem um metro de metrô construído. E, agora, vêm falar que é responsabilidade do governo do Estado, que, na verdade, está quebrando um galho, já que o governo federal não sabe planejar, não planeja nada. E o governo do Estado foi lá e fez.

Ontem, estive na Secretaria de Obras - e chamo qualquer parlamentar para ir lá comigo - e vi uma antiga sala de reunião lotada de caixas: o projeto da Linha 2 do metrô feito pelo governo do Estado. E essa é uma responsabilidade do governo federal. Está lá um conjunto de caixas em uma sala fechada. E a senhora presidenta vem aqui dizer que o dinheiro está à disposição e que o governo não cumpriu o seu papel? Pelo amor de Deus! Se antes de começar a campanha já está assim, imaginem então durante os 90 dias de campanha que teremos.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, estou vendo o esforço de V. Exa. para justificar que o governo do Estado não apresentará os projetos do metrô e do Anel Rodoviário. Sei que é difícil fazer esse malabarismo.



A BR-381 ficou a cargo do governo federal, que deve fazer a licitação e esperar o Dnit iniciar a obra. Demorou, mas ela está sendo feita. A presidenta foi lá, deu a ordem de serviço, as máquinas estão na pista. Cedo ou tarde, foi ela que conseguiu. Nos 8 anos de governo do Fernando Henrique e nos 12 anos do governo do PSDB no Estado, nada foi feito.

O deputado Gustavo Valadares* – É BR, não é, deputado? Estamos falando de BR.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – O governo matou a cobra e mostrou o pau, fez a licitação e agora começará as obras na 381. Esse era um assunto recorrente na base de governo. V. Exas. diziam que ela não fazia a obra. A presidenta Dilma combinou com o governador Anastasia – e este lhe agradeceu, tirou fotos com ela; depois as trarei aqui - que ficaria a cargo do governo do Estado fazer o projeto e a execução do Anel Rodoviário.

O deputado Gustavo Valadares* – Com dinheiro de quem, deputado Rogério?

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Com dinheiro do governo federal.

O deputado Gustavo Valadares* – O dinheiro chegou?

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Já foi disponibilizado. Falta exatamente o projeto para que os recursos cheguem e as obras sejam iniciadas, com a licitação do DER. Agora, V. Exa. está dizendo que o DER não dará conta de fazer o projeto em tempo hábil.

Quanto ao metrô, o governador Anastasia também tirou fotos com a presidenta Dilma, disse que ela era uma beleza, que era uma fada. Enfim, ele não disse nada disso que V. Exa. está dizendo. Ao contrário, disse que ela era uma fada, uma bondade em pessoa, agradeceu-lhe, deu dois beijinhos nela para lá e para cá. O que fez a nossa presidenta? Disse-lhe: “Entregue-me o projeto do metrô”. Na semana passada, o governador Alberto Pinto Coelho entregou ao ministro, que é do seu partido, PP, o projeto da Linha 3 do metrô, demonstrando que ainda não havia projeto. Agora, ele disse que, no final do mês, enviará o projeto da Linha 2, que vai para o Barreiro. Então o projeto do governo do Estado está atrasado. V. Exa. está arrumando uma desculpa prévia para justificar a parte do governo estadual, ou seja, o projeto. A Dilma tem de arrumar o dinheiro, mandar licitar, fazer obra e fiscalizar. Para que governo do Estado? É melhor vocês não lancem candidato. Deixem que o Pimentel o faça.

O deputado Gustavo Valadares* – Ainda bem que eu ainda tenho 2 minutos para rebater, mais uma vez, esse discurso eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

Qualquer um dos senhores que estão na tribuna e dos telespectadores da TV Assembleia pode pegar um carro agora, ir até Ipatinga e procurar uma retroescavadeira, um caminhão que esteja fazendo obra de duplicação! Aquele que achar leva um Fusca. Quero uma máquina! Sabem quando a curva do Km 30, a que mais mata na rodovia, será mexida? No dia em que tirarmos o PT do governo. E não está longe. Eles tiveram 12 anos para fazer projeto. A responsabilidade era deles! Em um ano, passaram o projeto ao governo do Estado, que foi lá e o entregou. Sabem o que o Dnit faz? Diz que não tem tempo para revisar as planilhas e o projeto, manda queimar os R\$30.000.000,00 que foram gastos e contratar um novo projeto da empresa que fará a obra. É a tal “gerentona” do PAC, que não o tirou do papel nem de lugar algum. Essa é a “gerentona” do Brasil hoje. Metrô? Temos 12 anos!

Deputado Rogério Correia, me dê um metro de metrô construído ao longo dos 12 anos de governo do PT em Belo Horizonte. Senhoras e senhores, pasmem: o candidato deles ao governo é o braço direito da “gerentona” do PAC, assim como o já falecido - a quem respeito pela história empresarial - ex-vice-presidente José Alencar. Ele ficou oito anos como vice-presidente, e o que trouxe para Minas Gerais? O que ele trouxe para Minas Gerais ao longo de oito anos? Que dia vimos uma reivindicação feita pelo vice-presidente da República para Minas Gerais? Quem defende Minas é quem conhece Minas, quem administra e quem já administrou Minas, quem mudou este Estado e fez dele referência gerencial e administrativa não somente para o Brasil, mas para o mundo todo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes* – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Também cumprimento os que nos acompanham pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, quero resgatar um assunto que, desde o ano passado, estamos debatendo e trazendo a esta Casa. Semana passada foi a mesma coisa, ontem a mesma coisa. Mas antes, deputado Rogério Correia, não saberia dizer se é surpresa ouvir o discurso de desespero do nobre deputado que me antecedeu. Se não for desespero, é aquilo que V. Exa. muito bem expôs, uma antecipação do que já prevíamos: o Estado de Minas Gerais, que ficou responsável por apresentar o projeto da duplicação da BR-381, não entregou o projeto. Alegou em certo momento que não tinha dinheiro. Sabe o que a presidenta Dilma fez, deputado? Além de colocar o dinheiro da obra, também colocou para o projeto a fim de que o governo do Estado tivesse condições de fazer o projeto do Anel Rodoviário com dinheiro financiado pelo governo federal. No entanto, não fizeram até agora.

Garanto, deputado, tenho absoluta certeza e quero compartilhar isso com todos os que estão nos ouvindo: isso é uma ação de boicote, uma ação contra os mineiros e as mineiras. O que eles não querem ver é que o governo federal é quem mais investe em Minas Gerais. Querem vender uma versão, uma imagem aos mineiros de que a mineira presidenta Dilma não olha para o seu Estado, sendo ela quem prioriza, quem destina recursos, quem faz dos diversos programas do governo federal ações pioneiras aqui em Minas Gerais.

Entre tantos exemplos que poderia citar aqui, deputado, cito apenas um, quando ela veio aqui no ano passado lançar o Rede Cegonha, um programa da área da saúde fundamental para as mães, para as gestantes; porém, o governo estadual, governo cara de pau, no dia seguinte muda o nome do programa, cria o Mãe de Minas com todo o dinheiro do governo federal e leva esse importante programa para todos os cantos do Estado de Minas Gerais, como se fosse um programa dele. É isso que ele faz: pega recurso do governo federal, muda o nome - poderíamos aqui falar tanto de moradia, que é a mesma coisa, e da saúde, de que estamos falando - e transforma esses recursos nisso.

No que diz respeito à obra, o governo do Estado enrolou o tempo todo, não entregou o projeto – nem vai entregar - para poder, durante o período eleitoral, virar-se para os mineiros e dizer: “Não fizeram as obras”. Agora, o dinheiro da presidenta Dilma está lá liberado, destinado. Daqui a pouco vou conceder aparte ao nobre deputado. Quero aproveitar a presença de V. Exa., que é também líder deste governo, para responder a outras coisas sobre o governo.



Mas nesse caso não tenho dúvida, é uma ação de boicote. Vai pegar o microfone novamente, com todo o respeito, e vai dizer de novo que é mentira. Mas, na prática, o que estamos vendo é isso. Infelizmente, temos de subir à tribuna, que é um momento importante, um espaço importante do Plenário, para dizer isso à população mineira. Estamos neste debate enquanto poderíamos estar olhando para a frente. E mais, poderíamos estar aqui discutindo Minas Gerais. Vou convidar o deputado para discutir um problema de Minas Gerais. Podemos falar da falta de investimento do governo na saúde, governo que também não investe o mínimo constitucional na educação, nem enfrenta convenientemente o problema da segurança pública; entretanto vou escolher um tema entre esses: o da educação.

O governo de Minas Gerais, quando vê o governo federal avançando nos “n” programas que tem e nas iniciativas para a nossa população, percebeu a importância que a sociedade tem dado a eles. E percebeu também os avanços que a sociedade tem conquistado com o governo da presidenta Dilma em relação ao ensino técnico profissionalizante. O governo federal criou o Pronatec, que gera oportunidades para a nossa população, para os nossos jovens, para os adolescentes terem espaço de qualificação de mão de obra. E isso no Brasil, que é um país que cresce, desenvolvido, que gera emprego. O Brasil hoje gera emprego e vive uma situação de pleno emprego. Para a oposição isso é inaceitável, porque no governo do PSDB o desemprego chegava a 17%, enquanto hoje gira em torno de 4%. Na Europa, dizia-se que o Brasil não dava conta, mas hoje vive uma situação de pleno emprego. Nessa situação é importante que o governo ofereça condições de qualificação de mão de obra para que a pessoa que queira conquistar tal emprego tenha condições técnicas para isso. O Pronatec foi um grande avanço. O governo federal ampliou as escolas técnicas federais por todo o Brasil, ampliou as universidades no Brasil, gerando oportunidades para a população brasileira formar-se, qualificar-se, requalificar-se.

O governo do Estado, obviamente atento a essa onda positiva do governo federal, pensou em algo similar para o Estado e criou o Programa de Educação Profissional – PEP – para oferecer às cidadãs e aos cidadãos mineiros oportunidade de qualificação. Como ele pensou? Um programa que, a partir do governo do Estado, em parceria com instituições privadas, oferecesse vagas e cursos nos diversos cantos do Estado. Parabéns, é ótima iniciativa, compara-se à do governo federal, sem entrar no mérito de qualidade e tal. A iniciativa de oferecer oportunidades aos nossos jovens é ótima. Mas a lógica do governo de Minas não era através de instituições públicas, mas privadas. Como ele fez? Fez convênio com várias instituições de cada canto do Estado, preenchendo as demandas de municípios ou regiões, e a instituição oferecia as vagas. O Estado, conveniado com as instituições, destinaria recursos a elas para que pagassem os custos dessa iniciativa. Quais eram? Estrutura, mobiliário, espaço e profissionais. Parabéns, é ótima iniciativa.

Qual o problema, deputado? O problema é que o Estado não paga a essas instituições. Ao longo dos últimos meses, essas instituições, que têm a confiança das sociedades em que exercem esse trabalho, a que têm oferecido esse serviço, vêm perdendo a credibilidade. Por quê? Porque o profissional que está lá trabalhando, que foi contratado para oferecer esse ensino, não recebe. E ele não vem aqui para cobrar do Estado, ele cobra do proprietário da instituição. O aluno que está lá estudando não vem aqui cobrar do Estado, ele cobra da instituição. Essas instituições são cobradas todos os dias. E quando procuram o Estado, por meio de ofício, de reunião, de audiência, seja por qual meio for, mesmo através da Assembleia, o Estado lhes dá as costas. Desde o ano passado estamos cobrando, pedindo audiência ao Estado, e não temos recebido resposta. O Estado foge, não dá resposta sobre um dever, sobre um compromisso que assumiu.

É muito fácil fazer política pública assim. O deputado ou o empresário pegam seu dinheiro, fazem um curso de formação e dizem que sou eu que estou fazendo. É mesma coisa de fazer isso, é enganar o jovem, o cidadão que viu naquela oportunidade um espaço para se qualificar. É enganar o empresário que acreditou que poderia ampliar seus negócios porque haveria mais oferta de cursos. Ai ele contratou mais profissionais, reformou ou comprou equipamentos, ou alugou outro espaço, ou seja, teve gastos.

O que estamos vivenciando agora? Instituições desesperadas, umas que não aguentaram, outras que estão tentando aguentar, e a maioria delas que tiveram de fazer empréstimo para cumprir uma obrigação. E o Estado, bonito, lançou o programa e tudo mais, mas não paga.

Então, quero compartilhar com o deputado, antes de ouvi-lo nesse sentido, cartas e ofícios de algumas instituições. Quero comentar uma da minha cidade, Itajubá, cuja situação achei gravíssima, situação que piora diante das circunstâncias.

Na terça-feira passada, alertei que na quinta-feira seguinte, dia 15 de maio, haveria uma manifestação das escolas. E, antes da manifestação, o que o Estado fez? Enviou ofício e carta a todas as instituições do Estado dizendo o seguinte: “Gente, o programa é bom, é importante, depende de vocês, mas esperem um pouquinho, nós vamos fazer o depósito, daqui a três dias úteis será pago tudo a vocês”. Mentira de novo, já se passou mais de uma semana, e não se pagou, nem se deu resposta às instituições.

Estou com o ofício da secretária Ana Lúcia Gazzola e do Sr. Rafael de Freitas, superintendente de Desenvolvimento da Educação Profissional, que diz exatamente isto: os recursos serão liberados pela secretaria. Está aqui todo o texto, de cinco parágrafos, explicando a todas as instituições o que é o programa tecnicamente. A esse ofício, encaminhado a cada uma das escolas, ouçam a resposta da escolas, da instituição. (- Lê:)

“Prezado Sr. Rafael, por que responder agora às escolas, dando prazos e falando em cumprir com os pagamentos devidos? Agora, um dia antes da manifestação? E os inúmeros telefonemas, e-mails e contatos que fizemos com o senhor, com os técnicos, com a Secretária de Educação e que não foram nunca respondidos? Quantas vezes cansamos de pedir uma resposta clara, prazos, definições, e sempre as respostas foram evasivas?”

Repito, essa é uma carta de uma instituição, não é um discurso político de oposição. (- Lê:)

“Quantas vezes escutamos: ‘Não temos nada a informar?’” Essa era a resposta do Estado. (- Lê:)

“Quantas vezes tivemos de segurar a barra junto aos professores e aos fornecedores porque não tínhamos como pagar-lhes? E os impostos a recolher? E as CNDs que as escolas perderam porque não recebiam e não tinham como quitar em dia seus compromissos? E as escolas que fizeram empréstimos bancários para conter um pouco a fúria dos professores, para pagar o 13º salário?”

Nós já estamos em maio. Essa carta recebi dia 15, semana passada. (- Lê:)

“E a nossa credibilidade, que fica ameaçada porque não temos como honrar nossos compromissos?”



O senhor, a senhora secretária e os demais sabem quantos anos tem a instituição que represento? Certamente não. Não sabem que tem 80 anos de existência; que tem um nome a zelar; que em seus bancos escolares foram alunos um presidente da República, um governador de Minas, um presidente da Petrobras, presidentes de várias empresas públicas e privadas, políticos, empresários e inúmeros profissionais bem-sucedidos. Que é uma instituição que tem uma reputação séria, que paga seus impostos, que tem os cursos regulares, dentro das normas e leis da educação. Outra coisa: minha instituição não visa ao lucro. É entidade beneficente, filantrópica, de assistência social.

Agora estamos sendo avacalhados pelo Estado, tratados como um qualquer. Prestamos o serviço solicitado, e não recebemos por isso. Vêm vocês agora dizer que pagarão? Pagarão como? Hoje mesmo, entrando no sistema do PEP, vi que os empenhos não estão liberados. Que conversa é essa?”. Então, nem foi liberado o empenho e disseram, em ofício, que pagariam em três dias.

Continua: “Vocês vêm agir 'politicamente' na véspera de uma mobilização apenas para acalmar as escolas? Mostrem que vocês estão falando a verdade, liberem os empenhos já, paguem imediatamente o que devem, tirem as escolas do buraco no qual vocês as colocaram! Sejam verdadeiros. Cumpram com os contratos. Só tenho uma coisa a dizer de tudo isso: é uma vergonha! É lamentável! É um absurdo! Ainda mais partindo daqueles que dirigem a educação, dirigem o Estado. Absurdo!”

Podem ter certeza de uma coisa. Se nada for feito, uma coisa pelo menos faremos: vamos espalhar por todos os cantos do Estado o que fez este governo, o Sr. Anastasia, candidato ao Senado, o Sr. Aécio Neves, candidato à Presidência do Brasil. Não subestimem a força das escolas, dos profissionais sérios da educação. Chega de tanto se aproveitarem da boa-vontade daqueles que trabalham com seriedade. Chega de tanto descalabro com a coisa pública. Atenciosamente.”

Assina o diretor, cujo nome não vou citar.

Há outra carta de outra escola, tão dura quanto essa, e outros fatos aqui. Nesta semana, no sábado, fiz uma reunião em Três Corações e, por coincidência, foi realizada numa escola profissionalizante. Estava lá o advogado responsável pela escola alegando a mesma situação. Em Passos, em Varginha, em Itajubá, nossa cidade, em Lavras, ocorre a mesma coisa. Poderia citar inúmeras situações de descalabro, de descaso do Estado com um programa de sua iniciativa. Então, para que fazer isso? Para que enganar instituições e fazer com que esses alunos comecem a estudar num programa que não vai chegar ao fim? Falem a verdade. Digam que não vão dar conta. Digam que endividaram o Estado e que não dão conta de cumprir com suas obrigações. Sejam verdadeiros.

Então, peço desculpas aos que nos acompanham se me excedi de alguma forma, porque é de nos indignar ver o Estado tratar a educação desse jeito, tratar essa questão, diga-se de passagem, como trata tantas outras, mas, sobretudo, promover esse programa em que vem fazendo com que os empresários, com um bom sentimento, querendo investir na educação, façam o que estão fazendo; e o Estado a dar-lhes as costas... É lamentável. Esperamos que alguma parte dessa nossa manifestação sirva de alerta para o Estado resolver esse problema. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Deputado Ivair Nogueira, colegas deputadas e deputados, Sr. Presidente, novamente, dirijo-me ao povo de Minas, aos meus nobres pares para tratar do assunto da educação pública em Minas Gerais. Infelizmente, não trago notícias boas no dia de hoje, porque iniciou-se uma greve dos professores do Estado exatamente hoje. Eles marcaram apenas para o dia 28, portanto, para daqui a uma semana, uma nova assembleia para avaliar o quadro da greve e se houve ou não a abertura de negociações.

Hoje venho à tribuna para fazer um apelo à base do governo na Assembleia Legislativa e ao próprio governador Alberto Pinto Coelho, que, embora tenha assumido recentemente o governo do Estado, era o vice-governador e está dando sequência a um projeto em que o PSDB hegemoniza em Minas Gerais há 12 anos. Portanto, o governador Alberto Pinto Coelho tem consciência do quadro da educação estadual. Ele sabe da necessidade de melhoria salarial e da infraestrutura das escolas públicas. Vivemos uma série de demandas e de problemas nas escolas estaduais.

A greve tem uma pauta conhecida. Nessa pauta está o estabelecimento do piso salarial nacional, que não é cumprido pelo governo, pois ele optou por uma fórmula chamada subsídio. Esse subsídio retira dos professores, em especial dos mais antigos, muito do que eles tinham na carreira anterior. Isso foi imposto aos professores, não foi feito por meio de diálogo. A pauta também inclui o descongelamento da carreira dos professores e trabalhadores da educação – eles estão com a carreira congelada; e um reajuste que acompanhe o reajuste nacional estabelecido pelo MEC, coisa que o governo também não faz. Por fim, na pauta de reivindicações solicita-se ao governo do Estado a abertura do processo de negociação. Este é o ponto chave: o governo abrir negociação com o Sind-UTE e, a partir daí, avançar em debates e discussões.

Solicito ao governador Alberto Pinto Coelho - até por ele ter sido parlamentar junto a nós tantas vezes e, portanto, ter a sensibilidade de quem esteve no parlamento – que marque uma reunião com o sindicato e com o Sind-UTE, de preferência antes do dia 28, para que na próxima assembleia dos professores eles possam analisar o que foi negociado ou se as negociações foram abertas. Com base nisso, eles poderão decidir se darão continuação ou não à greve. Creio que, se o governo do Estado acenar, discutir e iniciar uma negociação, será possível retraindo a greve e fazer um debate. Fica esse apelo ao governador Alberto Pinto Coelho. Infelizmente, esta não foi a tônica do governo Aécio Neves nem do governo Anastasia. A negociação foi descartada. Ao assumir a pasta, a nova secretária de Educação teve a ilusão ou a prepotência de achar que iria nomear, presidente Ivair Nogueira, o sindicato que iria negociar com os professores. Ela tem a prepotência de achar que negocia com quem acha que deve negociar, que vai nomear uma entidade para fazer a representação dos professores. Não funciona assim.

O sindicato e os trabalhadores têm liberdade e autonomia de se organizarem como quiserem. Cabe ao governo negociar com aqueles que os trabalhadores elegeram como seus representantes. Infelizmente, a arrogância e a prepotência da Secretaria de Educação fazem com que a negociação com o Sind-UTE não aconteça. Portanto, pediria ao governador Alberto Pinto Coelho que fizesse uma revisão da pretensão da Secretaria de Educação. Peço também que se proceda a um ordenamento a fim de que essa visão seja refeita. Dessa forma, seria possível abrir a negociação com quem, de fato, representa os trabalhadores da educação: o Sind-UTE. Este é o primeiro assunto que trago à Assembleia Legislativa em forma de apelo ao governo do Estado, para que ele trate melhor a questão da educação.



Entre todas as reivindicações feitas, uma nos aflige muito. Essa questão tem transformado as escolas em palco de muitos problemas: a chamada Lei nº 100, ou melhor, a revogação da Lei nº 100 por parte do Supremo Tribunal Federal. Como foi considerada inconstitucional, os trabalhadores não sabem o que vai acontecer com eles no próximo período. Eles não sabem se o tempo de serviço prestado será contado; se aqueles que têm férias-prêmio adquiridas serão respeitados, podendo, pelo menos, recebê-las em recursos; se terão o direito à aposentadoria pelo INSS no futuro; quando o governo vai pagar; se vai abrir concurso; se o tempo de serviço vai contar para o próximo concurso; se o concurso atual vai substituir quem está enquadrado na Lei nº 100 ou apenas os que estão nas vagas; nem se o concurso vai valer a partir de novembro ou será feito outro.

Enfim, há uma série de indagações por parte de quem está na escola pela Lei nº 100. Essas pessoas estão aflitas, sem saber o posicionamento do governo. Não me parece nada respeitável ou honesto da parte do governo enrolar esses trabalhadores da educação – os da Lei nº 100 –, postergando a decisão para depois do procedimento eleitoral. Terminadas as eleições, eles poderão ser demitidos ou substituídos, mas, durante o período eleitoral, o governo joga com a ilusão de que poderá haver um passe de mágica. A ideia, neste período pré-eleitoral, é tentar iludir esses professores e manipular o seu voto. Esta tem sido a ação do governo até agora: não diz nada sobre a Lei nº 100, finge que o problema não existe e insinua que tem uma varinha mágica para resolver o problema, o que sabemos que não é verdade.

Eu diria ao governo do Estado que as pessoas não serão enganadas uma segunda vez, como aconteceu quando acharam que tinham uma estabilidade prometida pelo governo, que não tinha condição de promê-la, pois a questão não era pertinente à legislação estadual. Agora, o governo empurra essa questão com a barriga, dizendo que poderá haver uma solução mágica. Não existe solução mágica, mas uma realidade, e essa realidade poderá ser mais favorável aos professores da Lei nº 100 se a sua situação funcional e os seus direitos forem negociados com o governo neste momento. É isso que está no centro da preocupação desses professores. Portanto, faço novo apelo ao governador: não brinque com os sentimentos das pessoas que já estão aflitas nas escolas com o problema da Lei nº 100. Sei que essa preocupação não é só minha; vários deputados, da oposição ou do governo, têm recebido *e-mails* e telefonemas de professores aflitos com o que vai acontecer. Este era o primeiro ponto que eu queria abordar: a greve dos professores e dos trabalhadores da educação, que começa hoje.

Mas, ainda no campo do sistema educacional, quero também dar uma boa notícia, deputado Sargento Rodrigues: entre os estados brasileiros, Minas Gerais foi o 2º em número de matrículas no Pronatec. O primeiro foi o Rio Grande do Sul; o segundo foi Minas Gerais, com 112.600 matrículas, espalhadas por 477 municípios. O governo federal conseguiu romper ou, ao menos, furar a cerca neoliberal que há em Minas Gerais. O presidente Lula lembrou muito bem que quem cuida dos pobres em Minas Gerais é o governo federal, e o mesmo pode ser dito em relação ao Pronatec: todas as 112 mil matrículas, em 477 municípios, são por convênios com Ifes, Ifets, Cefets ou com o Sistema S – Senai, Sesi, Senat. Até agora, não há em Minas Gerais nenhum convênio do Pronatec com as escolas estaduais. Aliás, estou buscando ajudar na formação de um programa para o futuro governo do Estado, que esperamos não seja de caráter neoliberal, com o debate sobre a questão do jovem e da educação, especialmente do ensino médio em Minas, e há um ponto que me parece crucial. O que tem de estar - e certamente estará - no programa do nosso candidato é exatamente um convênio para que todas as escolas estaduais tenham o Pronatec e ofereçam ao jovem mineiro a oportunidade de ter um ensino profissionalizante enquanto cursa o ensino médio. Isso é o melhor que podemos oferecer aos nossos jovens, deputado Ivair Nogueira.

Aí, sim, você tem um combate à violência na raiz. Você dá ao jovem a oportunidade de ter uma profissão e, com isso, melhora suas condições de trabalho, suas condições de educação, dá a ele a garantia de emprego e o forma para as indústrias, para serviços, etc.: um jovem com qualificação profissional, que vai fazer Minas Gerais avançar mais na sua produção, na geração de emprego, de renda da sua economia.

Esse programa do Pronatec - nós estamos aqui nos vangloriando de Minas estar em 2o lugar - não tem um dedinho do Estado. Ele foi feito apesar do governo do Estado, que, ao invés de ajudar o Pronatec, lançou este programa chamado Arrebetando o Ensino Médio. O nome é Reinventando o Ensino Médio, mas o apelido que os professores e estudantes deram ao programa é Arrebetando o Ensino Médio.

Criaram um sexto horário, mas não existe professor qualificado, e muitas vezes não existem sequer condições para que todos os alunos estejam lá, porque não houve melhoria na merenda nem foi enviado aos prefeitos dinheiro para transporte coletivo. Então, os estudantes, no sexto horário, vão embora. E não é aula de apenas uma matéria específica, porque as matérias estão intercaladas nos horários; logo, pode ser uma aula de matemática, de português, de história, geografia ou outra. Portanto, o sexto horário passou a ter apenas uma parte dos alunos estudando.

A escola virou um caos: professores desesperados com a Lei no 100, parte da educação já em greve agora e a adoção do Arrebetando o Ensino Médio em lugar do Pronatec - é aquela cerca neoliberal a que o deputado Ulysses Gomes se referiu.

O governo faz de tudo para que os programas federais não deem certo em Minas. Os casos do metrô e do Anel Rodoviário são um exemplo perfeito disso. Quanto ao Anel Rodoviário, o governo federal, a Dilma disse ao governo do Estado: “Pode fazer o projeto junto com as obras. Eu vou mandar o recurso de tudo, projeto e obras”. E agora já veio aqui o deputado Gustavo Valadares anunciar que o governo do Estado não terá condições de entregar o projeto a tempo e licitar a obra. Ou seja, a Dilma manda o recurso, e o governo do Estado não faz. Sabem por que não faz? Porque deve estar pensando em privatizar o Anel Rodoviário e entregar para algum modelo de PPP, como fez com o Mineirão, e, assim, enriquecer os seus amigos. Por isso é que ele não faz o Anel Rodoviário.

A mesma coisa ocorre com o metrô. Quanto à linha 2 e à linha 3, agora é que o Alberto Pinto Coelho foi entregar o projeto de uma delas. O outro projeto será entregue no fim do mês. Ou seja, o governo do Estado não entregou o projeto que tinha, e a Dilma havia falado: “Está aí o recurso. Façam o projeto”. Eles não fazem. Por quê? Porque querem também ali, deputado Ivair Nogueira, um modelo de parceria público-privada. Ou seja, querem doar o metrô para a iniciativa privada, como doaram o Mineirão para a Minas Arena.

Então, o tucano não faz nada aqui porque ele sabe que isso são coisas públicas, feitas pelo governo federal, e não entrega de patrimônio público para a iniciativa privada. Por isso as coisas não andam. É a cerca neoliberal que o senador Aécio Neves ligou lá do



Rio de Janeiro e que eletrocuta todo mundo - com essa cerca neoliberal e com o choque de gestão. Então, o mineiro, coitado, está confinado aqui com uma cerca neoliberal e com o choque de gestão. E nós ficamos aqui.

Eu termino, deputado, dizendo o seguinte: eles falam que são as montanhas de Minas, que as montanhas mineiras é que não deixam chegar em Minas Gerais o frescor da brisa do mar, que o problema de Minas Gerais é ter muitas montanhas. Não, não. É a cerca neoliberal. Fica aqui a cobrança. Onde está o projeto para o metrô, governador Alberto Pinto Coelho? Um foi entregue na semana passada; o outro será entregue no final do mês. Onde está o projeto de licitação do Anel Rodoviário? E onde estão as matrículas do Pronatec, que o governo também não fez? O Arrebatando o Ensino Médio não chega aos pés do que na realidade é um programa de qualidade como o Pronatec.

Termino, Sr. Presidente, fazendo um apelo, mais uma vez, para que o governador Alberto Pinto Coelho receba o Sind-UTE e inicie um processo de debate sobre a greve dos professores. Muito obrigado.

O deputado Rômulo Viegas* – Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira, Sras. e Srs. Deputados, eu tinha um pronunciamento já preestabelecido, mas, diante das colocações feitas pelos meus antecessores, farei um contraponto nesse aspecto. Digo sempre que a questão salarial do servidor público brasileiro, nas três esferas, é histórica, e tem de ser realmente resolvida. Mas, para se resolver, tem de haver dinheiro. E falo como servidor público. Para resolver a questão salarial dos servidores, é necessário maior disponibilidade financeira para prefeitos e governadores, que pagam a conta.

Por exemplo, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do PT, está enfrentando greve das professoras municipais. De acordo com a *Folha de S.Paulo* do dia 19 de maio, segunda-feira: “Haddad diz a professores em greve que a verba está no limite”; “Prefeito descarta fazer nova proposta aos docentes parados há 25 dias”. Não vou falar que o prefeito Haddad não gosta de professor, pois seria incoerência de minha parte, como não vou falar que o governador Jacques Wagner não gosta de policial militar na Bahia. A questão salarial do servidor público, já disse e repito, é histórica. Precisamos rever essa distribuição de dinheiro. Foi bom outros partidos políticos assumirem gestões como prefeitos, governadores, porque parecia que só o PSDB pagava mal ao servidor público, só o PSDB era o ruim na fita, mas está na *Folha de S.Paulo*, repito: “Prefeito Haddad diz a professores em greve que a verba está no limite”. Alguém poderia dizer que o prefeito Haddad não gosta de professor. O que precisamos realmente, deputado Bonifácio Mourão, é rever essa distribuição de dinheiro. Tenho falado incansavelmente isso na tribuna, mas vamos aguardar as próximas eleições.

Por falar em eleição, agora a 381, o metrô, o Anel Rodoviário viraram novamente a bola da vez. Está um jogo de empurra. É o governo do Estado que não apresenta projeto, é o governo federal que não libera dinheiro. Passados quantos anos? Nós dois já fomos prefeitos e sabemos. Pergunte a qualquer prefeito do Brasil: o senhor quer receber dinheiro liberado pelo Estado ou pela União? Não querem da União por causa da burocracia. A burocracia da Caixa Econômica Federal é uma loucura. Faça uma estatística com os prefeitos, que eles te informam. Essa discussão de que o governo de Minas não entregou projeto, que o governo de Minas ficou responsável por entregar projeto; quando tem vontade, faz. O governo federal diz: “Então o governo do Estado faz o projeto”. Agora diz: “Não fez projeto, então não liberaremos”.

A obra da 381 será iniciada agora; passados quantos anos que eles estão no governo? Não adianta, podem falar mal de todos os governadores, de todos os prefeitos, mas quem tem o maior volume de dinheiro é a União, é o governo federal. O governo federal é que tem dinheiro, estados e municípios não têm. Estados e municípios estão quebrados, com dívidas estratosféricas, enormes, e a União gastando dinheiro com países africanos, perdendo dívidas de países africanos. Por que não perdoa a dívida de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio Grande do Sul? Para ficar nesse jogo de empurra. Agora é Minas que não fez projeto, é porque o Alberto Pinto Coelho não entrega. Isso é só conversa. O que o povo quer não é esse discurso nosso, não é discurso de situação e oposição. O que o povo quer é obra, é realização. Isso é o que a população quer, com a melhora de transporte público. Vejam como está São Paulo, o povo nas ruas, incendiando ônibus. Isso está tomando conta do Brasil inteiro porque não há gestão eficiente. E criticam só o PSDB.

Não sei como eles adoram a palavra “neoliberal”. Tudo é neoliberal. Neoliberal para lá, neoliberal para cá. O povo nem quer saber o que é isso, o povo quer é resultado. Quantos anos se passaram e nada foi feito? Agora, sim, vamos hipotecar quem? O governo de Minas não entrega projeto; o governador Alberto Pinto Coelho vai fazer, vai acontecer; e como ficaremos? Como fica essa relação da população com a gestão pública brasileira nas suas três esferas? Essa é a pergunta, deputado Bonifácio Mourão.

Vou mais além. Com as dificuldades que temos, prefeitos brasileiros não aguentam mais isso. “Ah, ganhamos máquinas e ambulâncias”. Quem paga a conta para motorista de ambulância, a manutenção de máquina e o combustível para o funcionamento dos veículos? Os prefeitos, que não aguentam mais esse modelo. A população não quer esse discurso do que é neoliberal nem que o governo federal hipotecou a Minas a responsabilidade de projeto e que Minas não faz. A população quer resultado. Servidor público brasileiro, municipal, estadual e federal quer a melhora dos salários e não esta discussão: “Ah, porque é governo do PT, é governo do PSDB”. Ninguém quer isso. O que o povo quer é resultado, resultado de gestão e eficiência. Lamentavelmente, não estamos vendo isso.

Eu tinha um artigo aqui para falar sobre algo muito sério e que me preocupa. Como está caminhando a economia brasileira? (- Lê:) “A fragilidade da economia brasileira. Depois do pior dos últimos 10 anos para o comércio, com alta de apenas 4,3% em 2013, quando as vendas chegaram a crescer apenas 10,9% em 2010, o varejo continua a apresentar sinais de fragilidade.” Queria mostrar este artigo, mas terá de ser para um outro *time*, ou seja, um outro tempo, porque realmente tive de apresentar um contraponto. A impressão que se tem é que só Minas Gerais está mal na fita, não paga bem aos servidores e tem problema. Olhemos o Brasil como um todo. O Brasil é uma Federação. Não dá para desmembrá-lo. “Ah, não adianta discutir aqui o salário da professora de São Paulo.” Isso é exemplo. Estou mostrando dois governos diferentes com dificuldades para honrar o pagamento do piso. É muito fácil tomar a decisão em Brasília. “Ah, paga o piso dos enfermeiros e da polícia.” Mas quem o paga? Com que dinheiro?

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Meu caro deputado Rômulo Viegas, V. Exa. está fazendo uma boa abordagem. É até desagradável ficarmos aqui falando sobre os erros alheios. O ideal seria se estivéssemos falando sobre o lado construtivo do desenvolvimento como vem ocorrendo em Minas Gerais a partir do início do governo Aécio Neves e Antonio Augusto Anastasia.



Desde 2013, este estado mudou completamente após o choque de gestão, Estado para resultado, gestão para a cidadania. Todos os mineiros sabem que, depois da administração de Aécio e Anastasia, no início de 2003, o Estado de Minas Gerais mudou completamente. No entanto, a toda ação corresponde uma reação. Como se vem acusando sistematicamente o governo de Minas, V. Exa. está aí repondo e restabelecendo a verdade e mostrando que os problemas apontados em Minas são mais graves em outros estados brasileiros. Aliás, não só na questão do servidor público, mas também na área da saúde. Todos sabem que a saúde está caótica no Brasil inteiro porque o governo federal não tem um percentual determinado para essa área e não aceita ter. Além disso, na área da segurança pública, o governo federal não repassa a Minas Gerais o que é de sua atribuição. Portanto, isso ocorre em todas as áreas, assim como na infraestrutura e assim por diante.

V. Exa. está mostrando que estamos precisando para ontem e anteontem de um novo pacto federativo a fim de mudarmos essa situação cruel de divisão da receita tributária no País, quando 70% fica em Brasília e os outros 30% são distribuídos a 27 estados e 5.564 municípios.

No entanto, antes de terminar, quero lembrar aqui uma afirmação recentíssima do ex-presidente Lula, do PT. Quando os governadores e a imprensa estavam reclamando sobre o atraso das obras para a Copa do Mundo, incluindo metrô, o ex-presidente Lula disse que hoje estão querendo metrô até à porta dos estádios e que o povo vai ao estádio de qualquer maneira, a pé, de bicicleta, com jumento e assim por diante. Essa é uma expressão dele.

Ora, será que o PT, será que o Lula não quer levar o conforto ao povo? É natural que o povo queira um conforto maior. Andava-se a pé e a cavalo há 100 anos, quando não havia alternativa de transporte. Mas hoje há. Hoje há o metrô, por exemplo. Por que a pirraça do metrô contra Minas Gerais? Por que o governo federal não remete o que é de sua obrigação e assume inúmeros compromissos para completar as linhas de metrô de Belo Horizonte e de outras capitais brasileiras? Se ele tivesse feito anteriormente, não precisaria cobrar isso às vésperas da Copa do Mundo. Será que interessa mais ao PT que o povo fique sem conforto, pois, na medida em que não existe esse conforto, dependerá mais do governo? Quem sabe é isso? É isso que temos de rebater, com que não podemos concordar.

Estamos defendendo aqui o direito legítimo de o povo reivindicar mais conforto, melhores condições de transporte, saúde, educação e assim por diante. Muito obrigado, V. Exa.

O deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/5/2014, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções n°s 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa n°s 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Beatriz Martins de Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Ana Beatriz Martins de Araújo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução n° 5.176, de 6/11/1997, e das Resoluções n°s 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei n° 15.014, de 15/1/04, assinou os seguintes atos:

exonerando, a pedido, Karine Maria de Souza Lopes do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Policial Legislativo Feminino, padrão VL-32, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando, a pedido, Ricardo Ferreira Oliveira do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Policial Legislativo Masculino, padrão VL-39, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Nos termos da Lei n° 15.014, de 15/1/04, das Resoluções n°s 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa n°s 2.043, de 29/5/01, 2.468, de 23/11/09, 2.473, de 21/12/09, e 2.540, de 1°/8/2012, assinou os seguintes atos:

dispensando Eduardo Naves Carneiro da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação;

dispensando Marília Faria Alves da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação;

designando Paulo de Castro Gonçalves para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação;

designando Rosana Carla Froes para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2014

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 65/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de pastas e envelopes, a sessão pública virtual fica adiada para as 10h30min do dia 11/6/2014.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 74/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/6/2014, às 10h30min, pregão presencial do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de serviços especializados para execução de projeto de cenário para programas especiais das eleições 2014.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.